

REVISTA

Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal





Revista de História, Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Data: 07/2024.

Design: Câmara Municipal de Moura

Impressão:

Tiragem: 100 exemplares

Depósito Legal: 489706/21

ISSN: 2184-9587

Imagem de capa: Anta da Negrita

Nota de Abertura

Três anos volvidos desde o lançamento do primeiro número da Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Moura, chegamos agora à 5ª edição. Acreditamos que ao longo deste período de tempo, o conjunto de trabalhos de investigação que fomos ajudando a divulgar têm sido um importante contributo para conhecer e valorizar o património e a História do nosso território, dando cumprimento àquele que é, afinal, objetivo primordial da publicação.

Mantemo-nos fieis aos nossos princípios de que sendo a Lacant uma revista local, deverá desempenhar um papel de difusão do labor que tanto os investigadores em início de carreira, como os mais experientes, vão desenvolvendo por cá. Também por isso, de forma assumida, optámos por manter os critérios formais o mais flexíveis possível, guardando sempre espaço para que uma análise e eventual crítica do conteúdo e das conclusões dos artigos possa ser feita, também, nas páginas da própria revista por outros autores que deles discordem.

Reiteramos a nossa disponibilidade para a publicação de monografias a partir de teses de mestrado ou de doutoramento através de edições especiais, para já, em formato digital.

Queremos que esta revista seja de fácil leitura e de conteúdos acessíveis ao normal leitor, para que o conhecimento do território chegue a todos, valorizamos assim as nossas raízes, aquilo que são as mostras e os vestígios do nosso passado, pois eles são o testemunho do que já fomos, das experiências que já vivemos, daquilo em que nos tornámos. Os artigos até à data publicados ajudam o leitor a criar uma imagem mais nítida e real do povo que ocupou o município de Moura e que foi definindo quem somos na atualidade. Esta revista tem contribuído para o conhecimento mais verdadeiro da nossa identidade.

Uma palavra de apreço para todos os trabalhadores do município envolvidos na elaboração da revista.

Gostaria também de, em nome da Câmara Municipal de Moura, agradecer a todos os autores que contribuíram com os seus trabalhos para esta edição da Lacant.

Escavação Arqueológica
no
Posto de Receção ao Turista do
Castelo de Moura (2010/2011):
Síntese dos Principais Resultados

José Gonçalo Valente
(Câmara Municipal de Moura)
jose.valente@cm-moura.pt

Rui Monge Soares
(Câmara Municipal de Silves)
ruigusmao@hotmail.com

Em Agosto de 2010, na sequência dos trabalhos arqueológicos de acompanhamento da abertura das valas para a construção do edifício do Posto de Recepção ao Turista do Castelo de Moura (Fig.1), foi detectada uma estrutura à cota 186.29m (Foto 1). Enquanto se procedia à limpeza para se iniciar o registo do que veio a ser considerada como a U.E [303] (Foto 2; Fig.1), constatou-se que esta cortava níveis preservados da Idade do Ferro. A abundância de vestígios materiais com essa cronologia, onde se incluíam fragmentos de cerâmicas pintadas e cerâmica grega da primeira metade do século IV a.C., indicavam-nos que, para além da óbvia necessidade de minimizar os impactos através do registo dos níveis e estruturas afetadas, estaríamos perante uma excelente oportunidade para aprofundar o conhecimento relativamente às ocupações humanas mais antigas do Castelo de Moura. Após contacto com a tutela, nomeadamente com a delegação de Castro Verde do então Igespar, foi determinado que se interrompesse a obra para se proceder à escavação manual dos depósitos até, pelo menos, à cota de afectação.

Após a interrupção dos trabalhos de escavação mecânica, a área a intervencionar ficou com várias zonas diferenciadas em termos de grau de afectação (Fig.1; Foto 1) .

Optámos, em primeiro lugar, por manter a designação das áreas a intervencionar, anteriormente definida por Vanessa Gaspar, no âmbito das sondagens de diagnóstico realizadas em 2007. Nomeadamente, Sondagem 1/2 (resultante da união das sondagens de diagnóstico nº1 e nº2) e Sondagem 3.

A sondagem 1/2, correspondente à área de implantação do corpo NE/SO do edifício, foi na sua quase totalidade escavada manualmente em 2007, bem para além da cota de implantação projectada, o que implicou inclusivamente o seu aterro parcial para implantação das fundações. A excepção foi a extremidade Este da zona ocupada pelo edifício e uma área com cerca de 3x3m, correspondente à vala de implantação das escadas de acesso à cave (Fig.1 e 2), que intervencionámos manualmente.

A sondagem 3 da escavação de diagnóstico de 2007, ocupava uma área de 2x2m. A zona adjacente, à qual atribuímos a mesma designação, correspondia ao corpo principal do edifício e à sua cave, tinha 8.20mx6.80m e, como já referimos, havia sido parcialmente escavada por meios mecânicos.

Face a este cenário complexo, optámos por adotar o método de escavação por unidades estratigráficas, intervindo primeiro sobre as zonas com cotas mais altas preservadas, como forma de tentar facilitar a leitura em área de toda a zona escavada.

Durante a intervenção foram identificados níveis arqueológicos e estruturas enquadráveis nos seguintes períodos cronológicos:

- a)- Contemporâneo (séculos XIX-XX)
- b) - Moderno (séculos XV-XVIII)
- c) - Medieval Islâmico (séculos X-XIII).
- d) - Idade do Ferro (século IV a.C).

Período Contemporâneo (século XIX-XXI)

O terreno onde a obra decorreu foi ocupado, até há cerca de duas décadas, por uma horta. A maior parte dos níveis deste período foram removidos mecanicamente. As unidades [119], [120], [121], [122], [123] (Fig.3), identificadas no corte NO, parecem relacionar-se com os edifícios documentados, pelo menos, desde o final da década de 30 do século XX (Fig.4) e que foram demolidos durante os trabalhos de recuperação do Castelo em 2003. Não se pode colocar de lado, contudo, a hipótese de poderem tratar-se de reaproveitamento de muros de edifícios mais antigos. As [119], [121] e [122] afloravam à superfície e apesar de pertencerem à mesma habitação, notam-se duas técnicas construtivas distintas que parecem indicar, também, cronologias e funções diferentes. Nomeadamente, a estrutura [121] que funcionou como parede meã e que deverá ter sido argamassada e reforçada quando se lhe adossou uma outra habitação igualmente demolida em 2003. Também enquadráveis nos séculos XIX-XX serão as fossas detriticas [132], [133]/[324] (Figs.1, 5 e 6) e [302] (Foto 2; Figs. 1 e 2).

Período Moderno (séculos XV-XVIII)

Relativamente a este período, apenas foram identificadas estruturas negativas (Fig.5). No entanto, não se pode excluir a hipótese de que a construção das [119], [120], [121], [122], [123] (Fig.3), reporte ainda ao século XVIII.

A evidente escassez de construções, poderá estar relacionada com a iniciativa levada a cabo por D^a Ângela de Moura na segunda metade do século XVI que, com o objectivo de construir o convento de N^a Sra. da Assunção, adquiriu um conjunto significativo de propriedades no interior do castelo. Esta ação provocou extensas alterações na configuração do bairro intramuros (Macias, Gaspar, Valente, 2016), também já identificadas e documentadas noutras intervenções arqueológicas realizadas. O abandono e demolição da vizinha Igreja de Santiago e estruturas adjacentes, no final do século XVI, parecem reforçar também essa ideia que aponta para a existência de alterações significativas na organização do espaço urbano e para a possível conversão de, pelo menos, parte deste espaço em quintalão ou horta.

Enquadrável, de forma inequívoca, na segunda metade do século XVIII, a fossa detritica [309] (Foto 3; Fig.1), parcialmente escavada por meios mecânicos, ofereceu um conjunto bastante significativo de espólio típico desse período (Materiais 1 a 6) . A necessitar ainda de confirmação, dada a sua quase integral escavação mecânica, mas aparentemente datável também dos séculos XVIII, temos a fossa [133]/[324] (Figs. 1, 5 e 6), no fundo da qual foi recuperada uma pedra de atafona.

Período Medieval Islâmico (Séculos XI-XIII)

As unidades [303]¹ (Foto 1; Fig.1) e [323]² (Foto 4; Fig.1) correspondem a alinhamentos estruturados, muito mal preservados. Apenas a [323] tinha alguns materiais associados. Trata-se provavelmente de fundações de muros, que partilham entre si a característica de cortarem unidades da Idade do Ferro e a cota de implantação andar próxima dos 186m. A orientação dos alinhamentos, no sentido NO-SE, o tipo de aparelho e a matéria prima utilizada, é coincidente com a de outras estruturas de cronologia dos séculos XII-XIII identificadas na alcáçova e na escavação realizada poucos metros a norte, no local onde estava prevista a construção do auditório do posto de receção ao turista. Neste último caso, até a cota de implantação é muito próxima.

Também a última unidade escavada na sondagem 3, durante a campanha de 2009, nos serve de referência cronológica. Cobria as unidades [323] e [347] (Foto 4; Fig.1) e, de acordo com informação de Vanessa Gaspar, é enquadrável no século XIII.

Foi ainda detectado um conjunto de estruturas negativas correspondentes a fossas detriticas (Fig.8). Uma delas, a unidade [304] (Foto 2; Plano 1) continha no seu interior restos de fauna e cerâmica, esta última datável do século XI.

Do interior da grande fossa detritica [1206] (Foto 5; Fig.5), recuperou-se um assinalável conjunto de fragmentos cerâmicos dos séculos XI e uma escápula de bovídeo polida, com alifato e a basmala inscritos numa das faces (Materiais 7). Finalmente a fossa [354] (Foto 6; Fig.6), apenas foi parcialmente escavada por se encontrar muito próxima do corte, mas ofereceu materiais dos séculos XII-XIII.

O facto de não termos detectado níveis preservados, com cronologia entre a primeira metade do século XII e a segunda metade do século IV a.C, deixa antever que profundas alterações no interior do espaço do castelo terão ocorrido em determinado momento. Uma análise aos troços de muralha dos séculos XII-XIII, ainda conservados, sugere que uma das hipóteses mais plausíveis terá sido a utilização de sedimentos retirados do interior do castelo como matéria prima para a construção da fortificação de taipa dos séculos XII-XIII. Os abundantes fragmentos de cerâmica com cronologias diversas mas, por norma, anteriores ao século XII, parecem dar força a esta hipótese.

¹ 0,67m de largura conservada; 3,16m de comprimento

² 0,68m de largura, 2,16m de comprimento.

Idade do Ferro (1ª metade do séc. IV a.C)

Sondagem 3

Apesar da grande densidade de fossas detriticas de cronologia moderna e contemporânea que pontuavam o espaço, sobretudo na zona S/SE, com todas as dificuldades de leitura do acompanhamento de obra inerentes a essa realidade, a detecção da estrutura [303] e a sua posterior limpeza e definição, permitiu-nos verificar que esta cortava uma camada com cerâmica da idade do Ferro (Materiais 8 e 9).

Com o intuito de conseguirmos obter uma melhor leitura e compreensão da realidade sobre a qual estávamos a intervir, optámos por tentar nivelar toda a área que, como já referimos, se encontrava em diferentes fases e diferentes cotas do processo de escavação mecânica.

Nesse sentido, avançámos, em primeiro lugar, com a escavação da zona NO, onde se detectaram os níveis preservados da Idade do Ferro e a estrutura [303]. Este sector continha as U.E's: [301], [305], [312], [310] e parte da [314] (Foto 2; Fig.2),

As U.E [301] e [305] e a [314], todas enquadráveis no século IV a.C, são extremamente semelhantes na sua constituição e aparência, apenas se diferenciando por, no caso da [301], esta ter sido parcialmente escavada à máquina e cortada por estruturas do período islâmico ou por, no caso da [314], conter uma quantidade superior de pequenos nódulos esbranquiçados. Para além da constituição e aspecto do sedimento, também os materiais recuperados são, na íntegra, enquadráveis na primeira metade do século IV a.C. Por sua vez, as [310]/[127]/[308] (Foto 7; Fig.3) e [312], parecem corresponder a derrubes/deposições de taipas.

Nivelado o sector NO, percepcionámos a existência de três novas U.E's: [306], [307] e [308] (Foto 7; Figs.1 e 3). A [306] e a [305] são idênticas, com a análise do corte a confirmar a sua equivalência.

Nestas U.E.'s ([301], [305], [306], [310], [314]), são bastante comuns pequenas bolsas de cinzas, a maior parte delas sem volume ou expressão em plano que justifiquem a sua individualização. A excepção, pela sua extensão, é a U.E [315] (Foto 8, Fig.1), que se estende entre o corte SO (Fig.2) e a [321] (Fotos 9 e 10, Fig.1), encostando a esta última. Ficamos, no entanto, sem conseguir determinar se a formação da U.E se deveu a simples deposição de cinzas no local, a desmantelamento de estrutura de combustão ou a nível de incêndio. O facto de, como referimos, encostar à [321] e esta não apresentar sinais de exposição direta a fogo, leva-nos a dar preferência a uma das duas primeiras hipóteses.

As U.E's de natureza argilosa, de tonalidades que variam entre o esbranquiçado, o bege e o alaranjado, com materiais arqueológicos pouco abundantes ou inexistentes, foram interpretadas como tratando-se de derrubes de taipas (Fotos 11,12 e 13, Figs. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10), nomeadamente as U.E [127]/[308]/[310], [307]/[316]/[359], [318]/[330]/[337], [365], [373] e [1211] com as [307]/[316]/[359], [318]/[330]/[337]/[367] e [365], aparentemente, a formarem uma grande camada de derrubes que se estende por toda a área das sondagens.

Apesar de essa realidade constituir a evidência do abandono e degradação de estruturas edificadas, num processo relativamente rápido, dificilmente conseguiremos apurar se tal resultará de uma acção premeditada de demolição ou da decadência natural das estruturas, resultantes do seu abandono ou, eventualmente, de ambas. A grande homogeneidade da cultura material, tanto nos níveis que cobrem estes derrubes, como nos que lhe estão subjacentes reforçam a ideia de que o processo não se terá estendido por um período muito longo de tempo.

A existência do que nos parecem ser tocas de animais e/ou negativos de raiz, sobre essas camadas de taipas, nomeadamente as U.E's [360] e [361] (Foto 14), parecem reforçar a ideia de que a ocupação humana terá cessado, pelo menos nesta zona.

A relação destes derrubes com as estruturas [342], [343], [344], [366], [373], [374] que lhe estão subjacentes é evidente (Fotos 15 e 16; Figs.10, 12, 13, 14). Corresponderiam às paredes de um edifício, com as paredes em taipa e enrocamento rochoso, com vala de implantação escavada no substrato geológico local, argiloso de tonalidade vermelha.

A [321] (Foto 9, Figs.1 e 7) constitui uma realidade distinta. Parcialmente escavada à máquina, o sedimento argiloso de tonalidade avermelhada, assentava diretamente sobre um empedrado [322] (Foto 17), formando o que parece ser um alinhamento estruturado contendo restos de parede em taipa e o respectivo enrocamento, com orientação NO-SE. O conjunto foi afectado por fossas detriticas de cronologia medieval/moderna o que, juntamente com a escavação parcialmente feita à máquina da [321], dificulta a sua interpretação.

Sabemos apenas que, em termos cronológicos, os materiais que lhe estão associados são também integráveis na primeira metade do século IV a.C., mas o momento da sua formação será algo posterior à formação do grande nível de derrubes, pelo menos no que diz respeito aos que se sobrepunham às estruturas [366], [373] e [374]. Esta relação é, aliás, bem evidente no corte NO (Fig.3), através das UE [127]/[308]/[310], por nós consideradas equivalentes à [321], o mesmo acontecendo relativamente à [1211], que nos cortes do lado SE mostra ser equivalente à [321]. Também a [312] (Fig.2), visível no corte NO nos parece enquadrável neste momento.

Como já referimos anteriormente, tanto a escavação mecânica como as numerosas fossas detriticas de cronologia medieval/moderna que cortam as [321] e [322], colocam-nos algumas dificuldades na sua leitura. Contudo, esse constrangimento está mais esbatido na extremidade NO, onde uma pequena secção, com mais potência estratigráfica preservada, nos permitiu registar a existência de um derrube de taipas [307], sobreposto por uma concentração de blocos de pedra de calibre médio [320], coberto pela [310]/[308] e cobrindo as [322] e [307]. O factor merecedor de referência, relativamente às outras U.E's interpretadas como derrubes, é mesmo a ocorrência na [320], de elementos pétreos em relativa abundância. A natureza destes materiais (xisto, quartzito, grauaque e calcário) é idêntica aos identificados na estrutura [344], diferenciando-se substancialmente dos blocos de calcário que constituem, quase em exclusividade, a estrutura [322]. Parece-nos, por isso, que a [320] corresponde a derrube da [307], que ao cobrir também a [322], nos demonstra que, pelo menos em determinado

momento, as duas estruturas poderão ter coexistido (Fig.15). Esta possibilidade de coexistência, contudo, não pode ser estendida a outras zonas já que, como referimos anteriormente, o conjunto [321] e [322], sobrepõe-se claramente às estruturas [366], [373], [374], o que parece inviabilizar também a primeira hipótese.

Ainda no capítulo da interpretação da fase correspondente ao conjunto [321] e [322], temos a [315], que como já referimos consiste numa espessa concentração de cinzas, dispersa por uma área relativamente grande, que encosta à [321] na sua face Sudoeste. Uma das possíveis interpretações que atribuímos à U.E [315], foi que se trataria de uma bolsa da [314], no entanto, a U.E [118] (equivalente à [314]), que se lhe sobrepunha em grande parte, foi escavada por meios mecânicos quase até ao limite superior da [315], o que nos dificultou um pouco a definição das relações estratigráficas. No corte SO (Fig.2) conseguimos perceber que a [315] estará muito próxima do que definimos como limite superior da [314]. Se ainda tivermos em consideração que apesar das poucas diferenças entre a [305] e a [314], no que diz respeito às características do sedimento, elas não deixam de existir, pelo que a possibilidade de a [315] se sobrepor à [314] e ser interpretada como um nível de incêndio ou a desestruturação/destruição de uma lareira é perfeitamente plausível. O limite superior da [314] poderá constituir, por isso, algum tipo de pavimento. O mesmo tipo de relação estratigráfica é registada com a [312], correspondente a derrube/deposição de taipa, que pela sua proximidade em relação à [315], poderá reforçar esta hipótese de estarmos perante mais um contexto de abandono/destruição.

As U.E [342], [343], [349], [366] e [373], interpretadas como as correspondentes à primeira ocupação do local, fazem, aparentemente, parte de uma única estrutura, de orientação NE-SO, com a [343] a dispor-se perpendicularmente, no sentido SE-NO, às restantes. No entanto as [342]/[344], [343], [349], [366] e [373] apresentam diferentes estados de conservação e, no caso da [366], diferentes técnicas construtivas.

A [342] e [344] (Foto 15; Figs. 10 e 12) são a mesma estrutura, apenas se diferenciando pelo facto de a primeira ter sido parcialmente destruída pela abertura da vala detrítica [309]. Corresponderiam ao enrocamento de um muro, sobre o qual se ergueriam as paredes em taipa que estão na origem da formação das U.E's de derrubes referidas anteriormente. Encontram-se implantadas em valas escavadas diretamente no substrato geológico argiloso, que serve também de componente para a matéria que serve de ligante entre os elementos pétreos (Figs. 13 e 14).

A [343] recorre exatamente à mesma técnica construtiva, dispondo-se, como já referimos, perpendicularmente ao restante conjunto e encostando à [342]. Junto ao corte estava destruída pela abertura da fossa [359], dos séculos XII-XIII. A potência conservada de derrubes sobre esta estrutura era assinalável.

A [366] (Foto 16, Fig. 12), consiste num empedrado coberto por uma argamassa à base de cal, que se insere no alinhamento com orientação NO-SE. Encosta às [342] e [374], estando com elas sincronizada. Parece-nos que corresponderá a uma soleira de porta. As [368] e a [372] (Foto 18; Fig. 12), que diferenciando-se pela composição, textura e coloração do restante substrato geológico local, poderão corresponder a superfícies de

assentamento de estruturas, entretanto desaparecidas e que estariam relacionadas com a [366], à qual encostariam na sua face NE.

A [371] (Foto 19; Fig. 12), por sua vez, recorrerá à mesma técnica construtiva que as [342], [343] e [344]. Encontrava-se, porém, em pior estado de preservação, com os elementos pétreos que a constituíam desagregados na sua parte visível.

Por fim, na extremidade SE, rematando o alinhamento colocado a descoberto pela intervenção, encontrava-se a secção constituída por um alinhamento estruturado coberto por sedimento argiloso [373], em tudo idêntico ao dos grandes níveis de derrubes de taipas (Foto 20). Um nível de cinzas, relativamente espesso [370] (Foto 20), cobria parcialmente este conjunto na sua face SO. Por sua vez, um derrube de taipas [365] (Foto 21, Figs. 6 e 12), cobria tanto a estrutura, como o nível de cinza, adquirindo a sua maior potência na face SE da [373]. Por se encontrar abaixo da cota de afetação, a [365] não foi escavada na sua totalidade, dando-se preferência à definição dos limites do alinhamento estruturado, pelo que permanece a dúvida relativamente à nossa interpretação da [365] como sendo um derrube.

No canto E da sondagem está a estrutura [349] (Foto 22, Fig.12). Também implantada sobre uma vala aberta no substrato geológico, mostra técnica construtiva idêntica às [342], [343], [344] e [374]. A sua orientação parece ser no sentido NE-SO, apesar de a dimensão visível da secção não nos permitir avançar com certezas. É encostada pela [341] que, tal como a [365], não foi escavada, pelo que permanece a dúvida relativamente à sua interpretação, nomeadamente entre a hipótese de corresponderem efectivamente a derrubes ou a eventuais estruturas adossadas aos muros.

As estruturas descritas acima, delimitam três espaços distintos. Os limites da intervenção arqueológica, contudo, não nos permitem ter uma clara percepção relativamente às suas dimensões ou a possíveis relações existentes entre os diferentes espaços, para além da indiciada pela estrutura [366], que interpretamos como tratando-se de uma soleira de porta. Não os designamos, portanto, como “compartimentos”, uma vez que embora a informação disponível sugira a sua existência, não conseguiremos ter a certeza de que seriam essas as funções das áreas intervencionadas.

No espaço definido pelas U.E's [343] e [344], na extremidade NE temos, em termos estratigráficos, uma realidade distinta da restante área, uma vez que a camada de derrubes [307]/[359]), está directamente em contacto com o substrato geológico [345] (Foto 14; Figs. 3, 6, 9 e 12) . Os materiais recolhidos são também muito escassos e apontam para uma cronologia da primeira metade do século IV. a.C, consonante com a restante ocupação.

Sendo pouco provável que se tivesse procedido à limpeza da zona até ao substrato geológico, num período imediatamente anterior à formação do nível de derrubes, esta realidade é, pelo menos, demonstrativa da rapidez com que o processo de “degradação” das estruturas se desenrolou, podendo reforçar a ideia de que se tenha tratado de um processo premeditado de desmonte/demolição.

A área delimitada entre o corte NE (Fig.3), a estrutura [343] e as UE's [366], [374], [372], [368], continha, seladas pela camada de derrubes [362]/[337], duas camadas de formação antrópica: a [364], rica em cinza e materiais arqueológicos, e a [367], argilosa e com materiais mais escassos (Foto 21; Fig.6). A [367] poderá corresponder a um pavimento, sobre o qual se formou a [364], correspondente ao nível de ocupação. A relação estratigráfica entre estas duas unidades e a [365] leva-nos ainda a colocar a hipótese desta não se tratar de um derrube, mas sim de uma estrutura. Apesar da sua similitude com o substrato geológico e proximidade em termos de cota com a [345] e, sobretudo, com a [341], interpretadas por nós como tratando-se já de camada de formação natural, não podemos excluir a hipótese de se tratar de estruturas adossadas aos muros, que o tenham utilizado como matéria prima.

A cota sensivelmente mais baixa a que o nível geológico surge nesta zona, indica um possível rebaixamento e nivelamento de toda esta área, feito provavelmente, aquando da edificação das estruturas. A destruição provocada pela fossa de cronologia moderna [133], no entanto, dificulta-nos a leitura das diferentes relações entre as UE que formam o conjunto (Fig.6).

A área entre o perfil SO (Fig.2) e o conjunto de estruturas com orientação NO-SE, correspondente a cerca de metade da área da sondagem, foi escavada apenas até à cota de afectação e não até ao substrato geológico, pelo que temos menos informação do que para as áreas descritas anteriormente. As U.E's subjacentes ao derrube [316], parecem replicar a realidade descrita anteriormente, com as U.E [327], [333] e [340] (Fotos 11 e 23; Fig. 2 e Fig.9), como camadas relacionadas com a ocupação do espaço e a [341], como possível estrutura, adossada ao muro [349]. A lareira [348], visível apenas parcialmente no corte, era formada por um conjunto estruturado de seixos rolados, implantados sobre a superfície de uma depressão côncava, aberta sobre a [327]. Esta última U.E, pela sua composição argilosa e grau de compactação, poderá ter correspondido a um pavimento.

A reconstituição do corte central (Fig.16), pode ajudar na interpretação da sequência estratigráfica descrita anteriormente.

Sondagem 1/2 (escadas de acesso à cave)

A U.E [1201] (Fotos 5 e 24; Figs. 3, 11 e 17), muito remexida, foi a primeira desta zona a ser escavada manualmente e corresponde, sobretudo, ao sedimento retirado para limpeza e definição da zona sobre a qual teríamos de intervir. Continha materiais da primeira metade do século IV a.C., juntamente com outros, medievais islâmicos e alguns, poucos, já do século XIV. Os materiais islâmicos, como já referimos anteriormente, seriam provenientes da [1206] e os cristãos seriam, quase de certeza, resquícios de camadas superiores, escavadas com recurso a meios mecânicos. A [1202] em termos de constituição do sedimento, é idêntica à [1201], mas já contém, exclusivamente, espólio com cronologia da Idade do Ferro. A [1203] (Fotos 3; Figs. 11 e 18) seria um conjunto de blocos pétreos de calibre que variava entre o pequeno e o grande, alguns deles lajiformes e estruturados

horizontalmente, com ligeira pendente SE-NO, envoltos por sedimento argilo arenoso, medianamente compactado. O facto de parecer ter sido parcialmente destruída pela [1206], dificulta a sua leitura, não nos permitindo avançar com grandes conjecturas relativamente à sua interpretação. Apesar disso, não nos pareceu que se pudesse tratar de uma estrutura, devendo antes ser considerado como um derrube que se sobrepõe diretamente a um outro, o [1211].

A [1211] (Foto 25; Figs. 2, 11, 18 e 19) é uma grande camada de sedimento com composição muito semelhante aos derrubes de taipas da sondagem 3, nomeadamente às [310], [312], [321]/[140]. A sua cronologia é indiscutivelmente enquadrável no século IV a.C. A formação desta UE e as complexas relações com as U.E's [1205] e [1210], que a ela encostam, permanecerão difíceis de explicar. No entanto, parece-nos que terão ocorrido num intervalo de tempo relativamente curto. É que para além dos materiais recuperados terem cronologia idêntica (1ª metade do século IV a.C), o facto de a [1211] tanto surgir a sobrepor-se, como a ser coberta pelas U.E's [1205] e [1210], poderá ser indício de que a formação destas unidades estratigráficas terá ocorrido em simultâneo ou muito perto disso. Se acrescentarmos ainda que a análise do corte SO e das respectivas camadas demonstram que as [1205] e [1210] são, de facto, a mesma unidade que, por sua vez, será equivalente à camada [118]/[305], mais consistência ganha essa hipótese. Estaremos, portanto, perante um conjunto de camadas correspondentes a um momento durante o qual terão ocorrido demolições de estruturas em taipa e em que, ao mesmo tempo, foram depositadas grandes quantidades de sedimentos, ricos em fauna e noutros restos de matéria orgânica (origem vegetal?) e materiais arqueológicos.

Conclusões

Da Idade do Ferro foram identificadas 41 Unidades Estratigráficas, correspondentes a 7 estruturas pétreas, 2 de lareira/cinzas, 10 estratos sedimentares resultantes de derrubes de taipa/adobes, sendo as restantes 22 Unidades estratigráficas correspondentes a depósitos sedimentares. Esta estratigrafia da Idade do Ferro possui uma espessura máxima de cerca de 1 metro e 75 centímetros, na zona mais profunda, de um total de pouco mais de 3 metros de profundidade estratigráfica máxima na zona sondada.

No que importa à interpretação cronológica resumida da estratigrafia sidérica identificada, esta foi dividida em 3 Fases principais, sendo que a Fase 1 corresponde ao início das primeiras construções e ocupação da Idade do Ferro no Castelo de Moura, a Fase 2 à destruição/abandono das primeiras estruturas construídas e a Fase 3 corresponde ao final da ocupação deste período cronológico, visível na deposição de uma espessa camada de sedimentos de variada natureza e composição.

Estas Fases principais podem ainda ser subdivididas e descritas de forma algo mais pormenorizada, pelo que começando pelo início da ocupação, as evidências indicam que sobre o substrato geológico (UEs 345, 374, 378) foram implantadas 5 estruturas de base pétreas (UEs 371, 373, 349, 346/366, 342/343/344), possivelmente

desenvolvendo-se em altura em taipa ou adobes, formando compartimentos, as quais entendemos designar como pertencentes à “Fase 1.1”.

Após este primeiro momento construtivo, ocorre um segundo, que denominamos “Fase 1.2”, que poderíamos interpretar como correspondente à utilização dessas construções, durante a qual se depositam 12 estratos sedimentares (UEs 340, 333, 330, 341, 348, 328, 327, 368, 372, 370, 367, 373).

Este momento de ocupação termina com o derrube e/ou abandono das estruturas construídas na Fase 1.1, uma vez que se verifica a deposição de uma série de camadas de sedimentos relativamente estéreis e que cobrem a área sondada, aparentemente formados por derrubes de taipa ou adobes. A deposição destes sedimentos (UEs 365/368, 307/316/359/376/339/362/337/318/376) forma o que designamos por “Fase 2.1”.

Sobre esta Fase de derrubes ocorre a “Fase 2.2”, durante a qual se depositam 9 UEs, correspondentes maioritariamente (6 UEs) a depósitos sedimentares (338/364/335/336/329, 331B, 325, 358/329, 356/317, 1212/331A/314/315), registando-se também uma lareira/acumulação de cinzas (UE363), restos de uma possível estrutura pétrea (UE322/334) e um pequeno derrube de taipa/adobes (UE332).

Esta fase termina com um novo derrube de taipa/adobes que designamos por “Fase 2.3”, na qual se verifica a deposição de uma série de sedimentos relativamente estéreis e que cobrem a maior parte da área sondada, aparentemente formados por 4 derrubes de taipa ou adobes (UEs 140/1204/1211A/1209, 312, 355, 321/1211B) e um depósito sedimentar (141/1210), não sendo completamente claro se estes sedimentos ainda provêm da destruição das estruturas construídas durante a Fase 1, e/ou se de outras estruturas localizadas fora dos limites da área sondada.

Após estes momentos de deposição de grandes quantidades de derrubes de taipas/adobes, verifica-se uma nova etapa cronológica, que designamos por “Fase 3”, sendo esta correspondente sobretudo à deposição de seis depósitos sedimentares (UEs 1207/1208, 1205/118/305/306/357/128, 311, 301/126/353/326, 125/352, 139/1203/117), alguns deles de grande espessura e dimensão (p. ex. a UE305 chega a atingir mais de 60 centímetros de espessura), bem como possíveis restos de uma estrutura pétrea (UE320) e de um pequeno estrato de derrube de taipa/adobes (308/310/127).

A designada “Fase 3” corresponde assim ao fim da estratigrafia conservada da Idade do Ferro, após o que ocorre a “Fase 4”, criada para dar expressão cronológica a algumas evidências de um hiato na ocupação do povoado, visíveis na ocorrência de tocas de animais que cortam a estratigrafia do Idade do Ferro (UEs 360, 361), as quais dificilmente se formariam caso o povoado continuasse ocupado.

Posteriormente regista-se a “Fase 5”, correspondente à ocupação islâmica e à construção de uma série de silos/estruturas negativas que cortam a estratigrafia, bem como de dois alinhamentos estruturados, provavelmente pertencentes a muros de habitações do período Almóada. Apesar da natureza, cronologia e estado de preservação dos contextos, esta intervenção arqueológica permitiu-nos aprofundar um pouco mais o conhecimento relativo ao

período Islâmico em Moura. Se para os dois primeiros séculos ainda existem fontes escritas a partir das quais se pode inferir o papel então desempenhado por Moura, do século XI em diante isso já não acontece.

Sabemos que o século XI deverá ter sido um período de relativa prosperidade, uma vez que alguns dos seus moradores tinham posses suficientes para adquirir, em quantidades bastante significativas, as dispendiosas cerâmicas com decoração em “verde e manganês”, produzidas, ao que tudo indica, nas regiões de Sevilha e Málaga (Valente, 2022). Sabemos também que o urbanismo no interior do castelo terá sofrido profundas alterações nos finais do século XII, inícios do XIII e que essas mudanças, provavelmente, estarão relacionadas com a obtenção de matéria prima (terra), para a construção da fortificação em taipa de que hoje em dia apenas subsistem alguns troços visíveis. Demolições e terraplanagens terão afectado esta zona do recinto, conforme nos indicia o facto de estruturas almóadas cortarem níveis da Idade do Ferro, sugerindo a quase completa remoção de níveis arqueológicos com cronologia entre a segunda metade do século IV a.C. e o século XII (subsistiram algumas fossas detriticas do século XI). As estruturas que classificamos como tendo cronologia almóada, vêm reforçar a ideia da existência de algum tipo de planificação, visível na consistência com que os muros desse período apresentam orientações coincidentes em todo o recinto do castelo. O possível edifício da mesquita, identificado alguns metros a Norte da S.3, parece corresponder ao elemento de referência, muito provavelmente pré-existente, para a definição dessa matriz.

Os depósitos sedimentares da “Fase 6”, atribuível aos séculos XVI-XVII, foram escavados à máquina na sua totalidade. Sobre estes estratos depositam-se então as UEs da “Fase 7” correspondentes aos séculos XVIII-XX, abrindo-se no início desta Fase uma série de grandes estruturas negativas que afectam profundamente a estratigrafia. Por fim, a “Fase 8” corresponde já ao resultado de algumas obras recentemente efectuadas no Castelo de Moura.

Os níveis dos períodos moderno e contemporâneo são os que mais foram escavados ao longo dos anos. O nosso conhecimento relativamente a esse período é, por isso, relativamente abundante. Sabemos que na maior parte das zonas do castelo esta cronologia é caracterizada por níveis bastante afectados pela demolição do bairro intramuros (ocorrida a partir do final da década de 30 do século XX) cuja configuração resultaria, muito provavelmente, das profundas alterações urbanísticas ocorridas no século XVI, aquando da construção do convento de Nossa Senhora da Assunção. Dois factores merecem ser destacados: nomeadamente a ausência de estruturas enquadráveis neste período (na sondagem 1/2 também não apareceram), exceptuando as correspondentes às fundações das habitações que ainda se mantinham no início do século XXI, e a abundância de fossas detriticas. As duas que escavámos manualmente, U.E's [302] e [309], integram-se nos séculos XVII- XVIII. A [302] ofereceu pouco espólio arqueológico, mas a [309] continha no seu interior um abundante e diverso conjunto de materiais do século XVIII. As peças estão, na sua maioria, relacionadas com a preparação, confecção, serviço de mesa e armazenamento de alimentos. No entanto, as formas relacionáveis com funções decorativas e higiénicas também estão presentes. Registámos ainda a presença de objectos em vidro, como uma garrafa e alguns

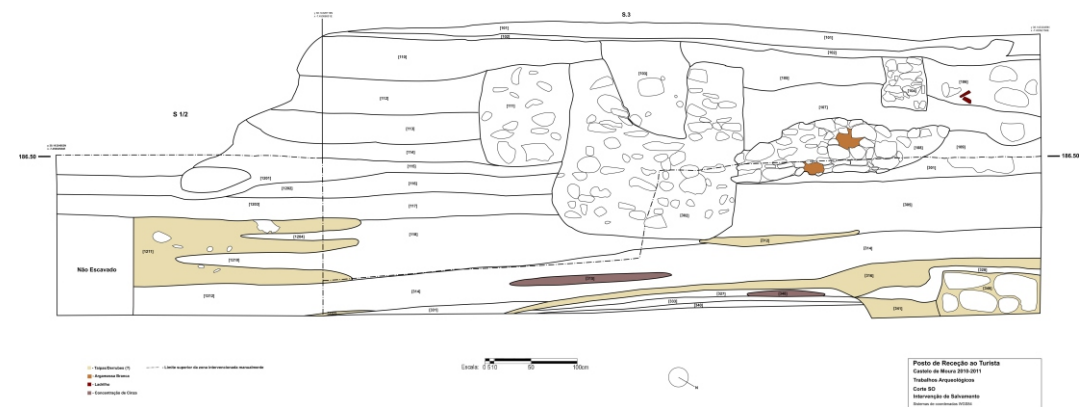
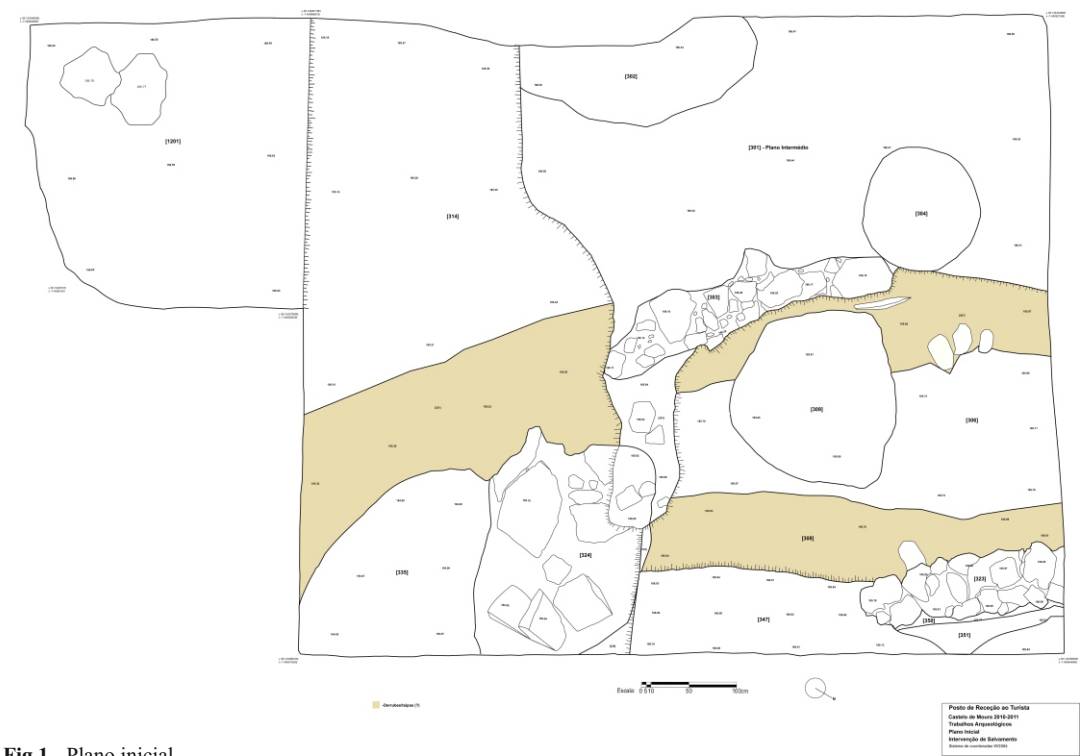
fragmentos de vidraça de janela ou porta. Os pregos e cavilhas encontrados, indicam-nos que também poderão ter sido ali depositados objectos em madeira.

Não deixa de ser significativo que a maior parte das cerâmicas seja originária da cidade de Sevilha, mais concretamente das olarias do bairro de Triana. As faianças de Lisboa também se encontram presentes, assim como algumas cerâmicas comuns que, provavelmente, terão sido produzidas na região ou até mesmo localmente.

Estas fossas, juntamente com as outras identificadas durante o acompanhamento da escavação mecânica, bem como a não existência de restos de edifícios com cronologia enquadrável no período de tempo que medeia entre os séculos XIII e XVIII-XX, parecem indicar-nos a refuncionalização de parte daquela área resultante do processo de edificação do Convento de N^a Sra. da Assunção a partir de meados do século XVI. Poucos metros a norte essa relação surgiu de forma mais evidente. Nomeadamente através da demolição sistemática da Igreja de Santiago, da suspensão de utilização da necrópole que a rodeava e do abandono das unidades habitacionais de, aparente, génese islâmica, e que se mantiveram em uso nos cerca de 300 anos seguintes. Uma outra habitação identificada em 2019, na zona do claustro do convento de N^a Sra. da Assunção, parece também ter reaproveitado estruturas dos séculos XII-XIII, tendo a sua demolição ocorrido também como consequência da construção do convento. Apesar de não termos conseguido determinar se com as estruturas de cronologia islâmica identificadas na Sondagem 3 terá ocorrido um processo semelhante, não se poderá excluir essa hipótese, eventualmente consubstanciada pelos resultados das sondagens de diagnóstico realizadas no local por Vanessa Gaspar.

De forma resumida, a estratigrafia aqui descrita revela uma intensa ocupação da Idade do Ferro. Importa ainda destacar as importantes afectações estratigráficas em profundidade proporcionadas pelos silos/fossas de época islâmica e do século XVIII, bem como a possível existência de um hiato na ocupação do Castelo de Moura, após o fim do povoado da Idade do Ferro, observável na ocorrência de tocas de animais que cortam a estratigrafia. A este propósito importa também mencionar a ausência nesta sondagem de estratigrafia atribuível aos períodos romano e alto-medieval, cuja ocupação comprovadamente existiu no Castelo de Moura, indiciada não só por alguns materiais desta época que são consistentemente recuperados nas várias sondagens realizadas no recinto, em níveis de cronologia posterior, justificando-se possivelmente esta ausência, no local da sondagem aqui analisada, com uma obliteração em época islâmica. A ser assim, importa destacar que também a estratigrafia da Idade do Ferro poderá ter sido afectada nesta zona do povoado em época islâmica, pelo que devemos colocar como hipótese que talvez atingisse originalmente uma espessura superior aos cerca de um metro e setenta e cinco centímetros registados.

1.Figuras



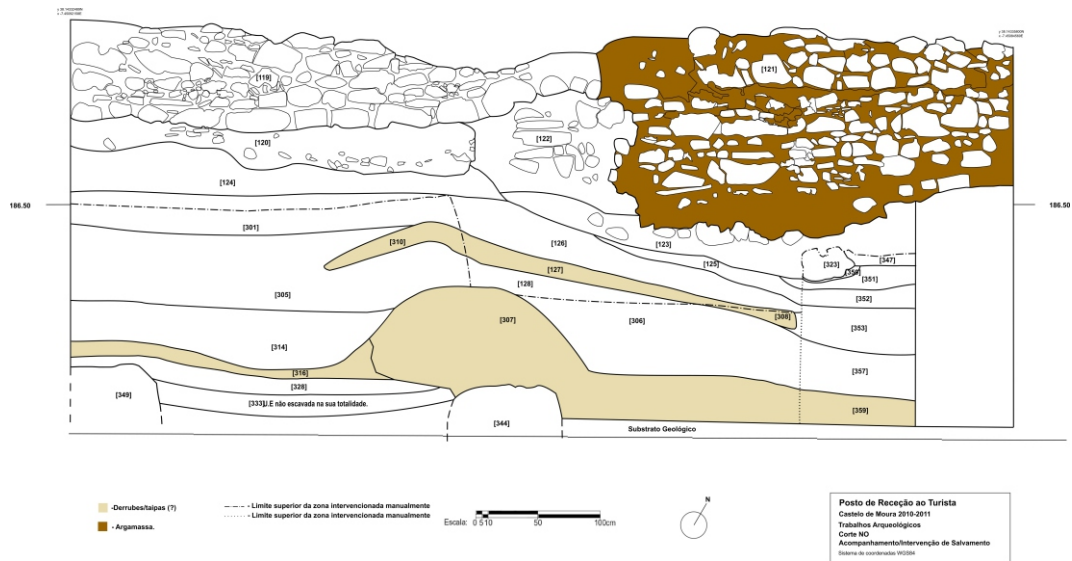


Fig. 3 - Corte 2.

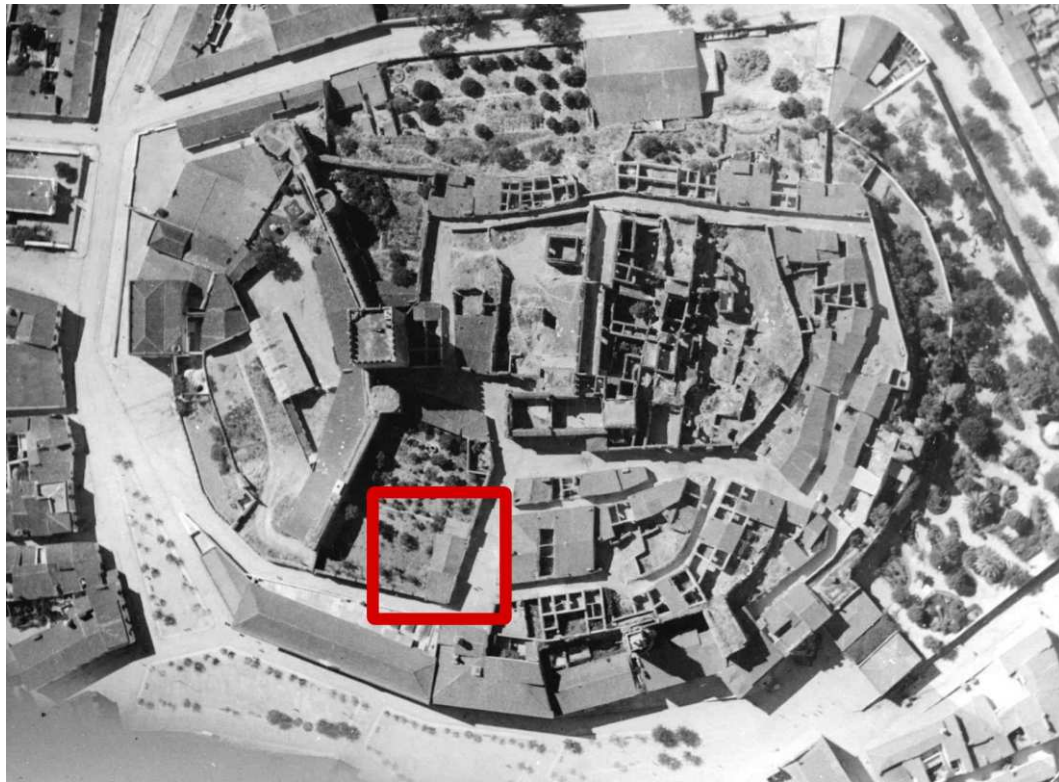


Fig. 4 - Zona de implantação da escavação.



Fig. 5 - Fossa detriticas dos séculos XVIII-XIX.

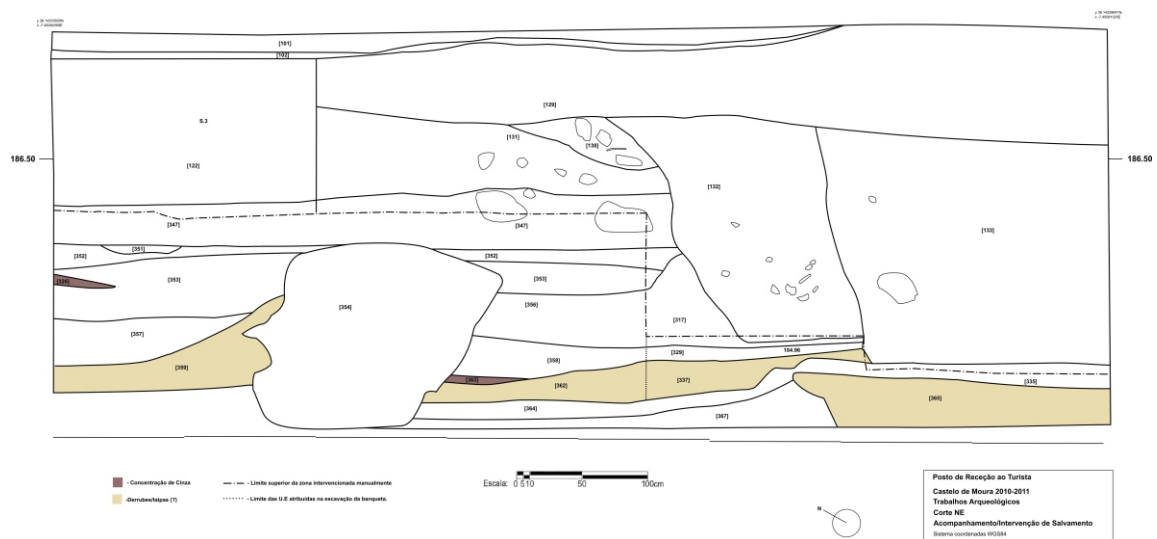
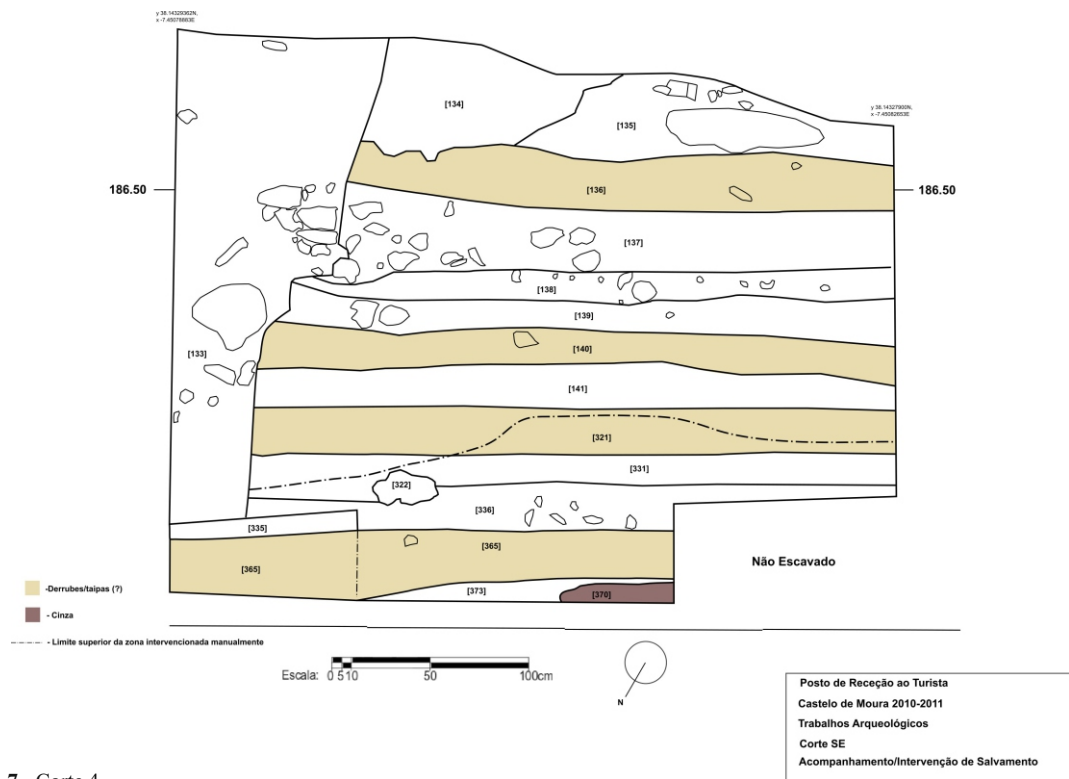


Fig. 6 - Corte 3



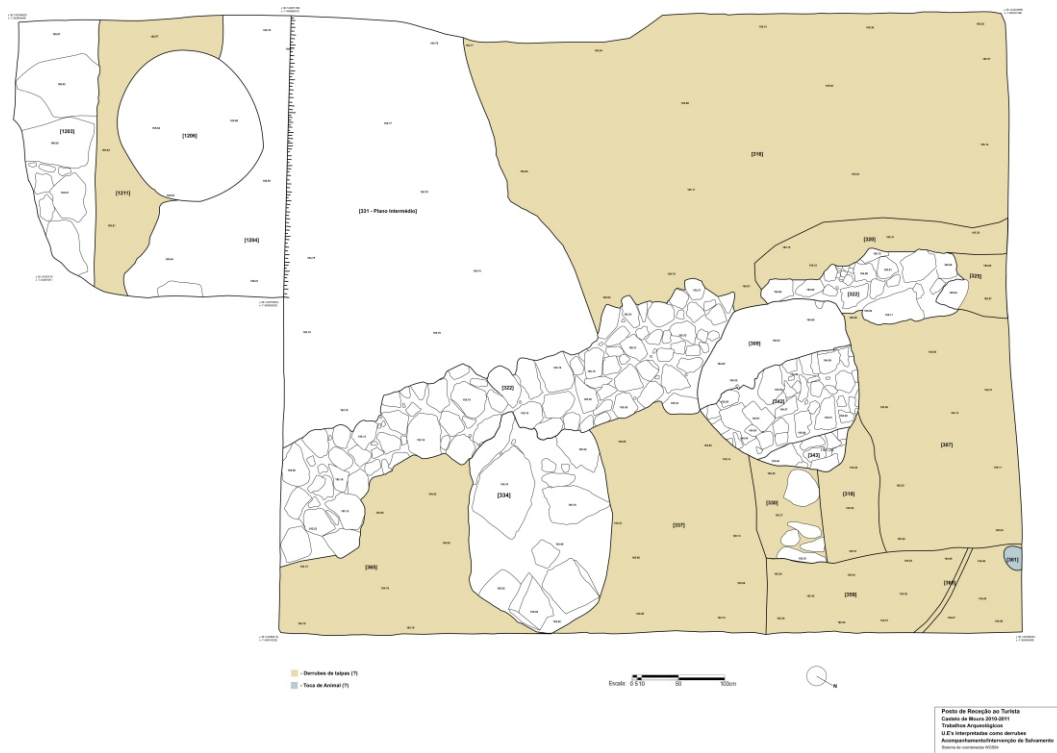


Fig. 9 - Plano 2-derrubes

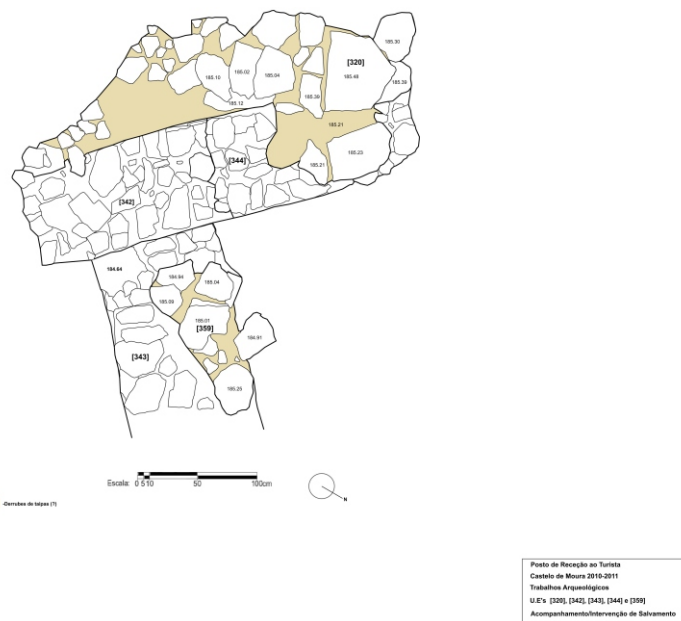


Fig. 10 - Plano 3-pormenor-estruturas.

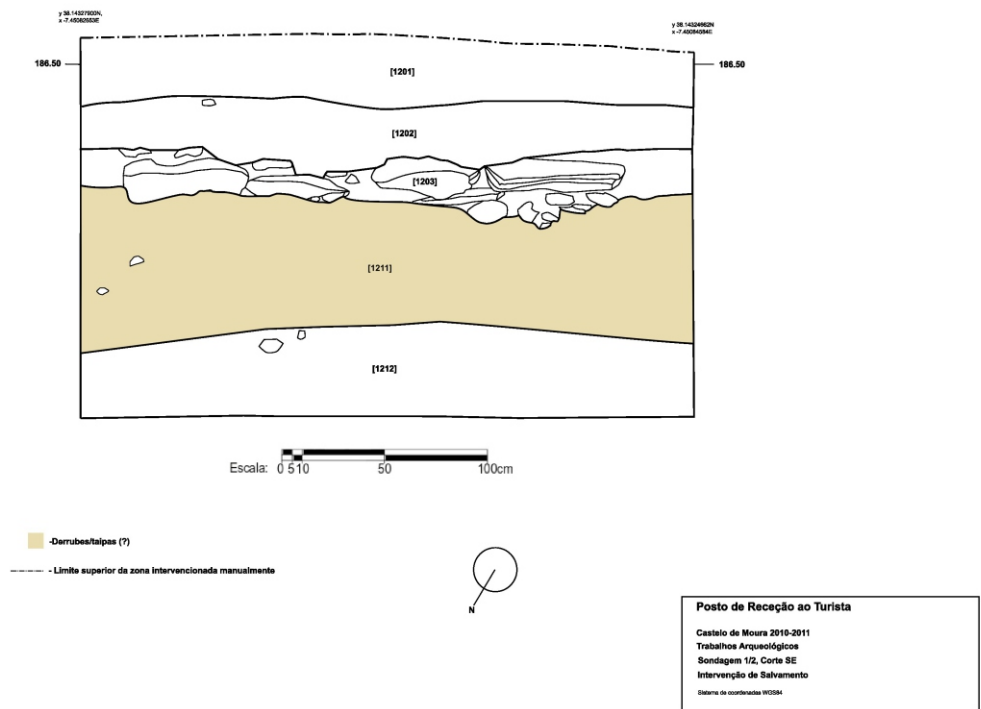


Fig. 11 - Corte 5.

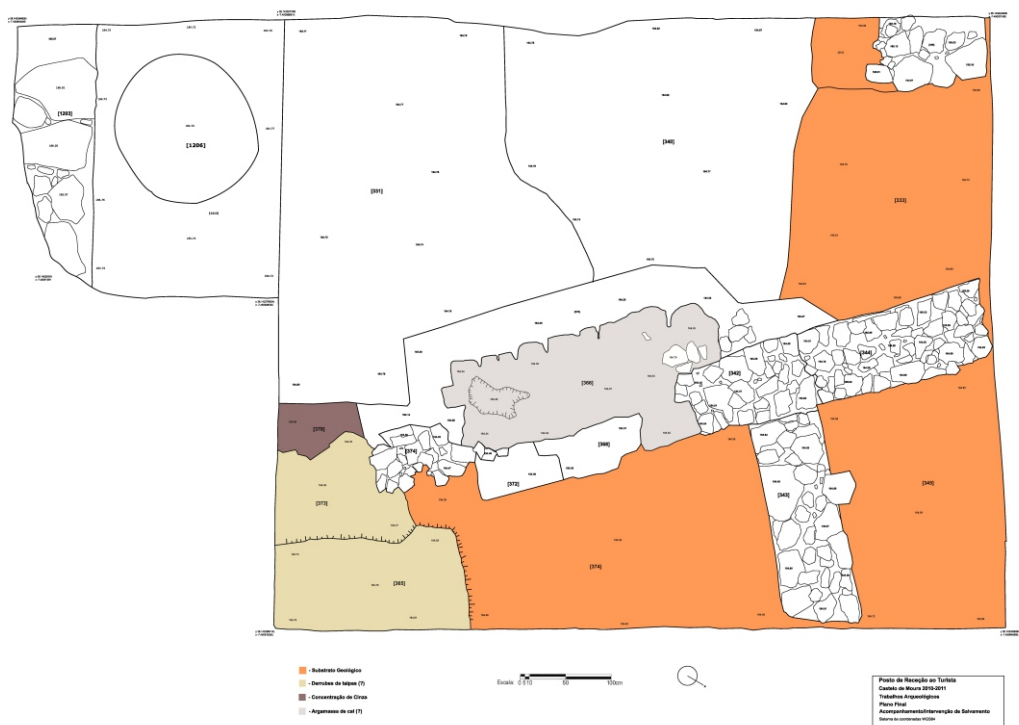
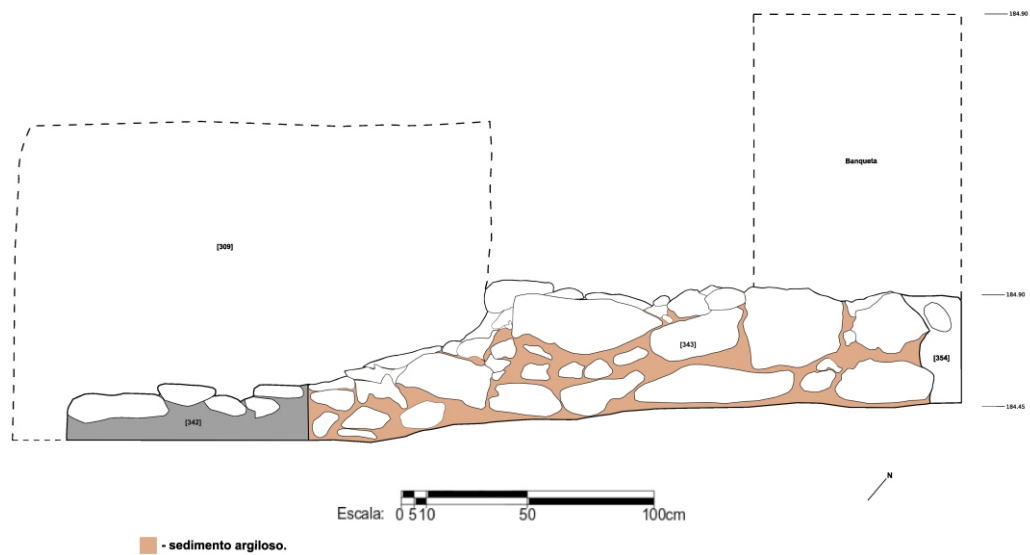


Fig. 12 - Plano 9-final.



Posto de Recepção ao Turista
Castelo de Moura 2010-2011
Trabalhos Arqueológicos
Alçado da estrutura [343]
Acompanhamento/Intervenção de Salvamento

Fig. 13 - Alçado 1.



Posto de Recepção ao Turista
Castelo de Moura 2010-2011
Trabalhos Arqueológicos
Alçado da estrutura [343] - face N
Acompanhamento/Intervenção de Salvamento

Fig. 14 - Alçado 2.

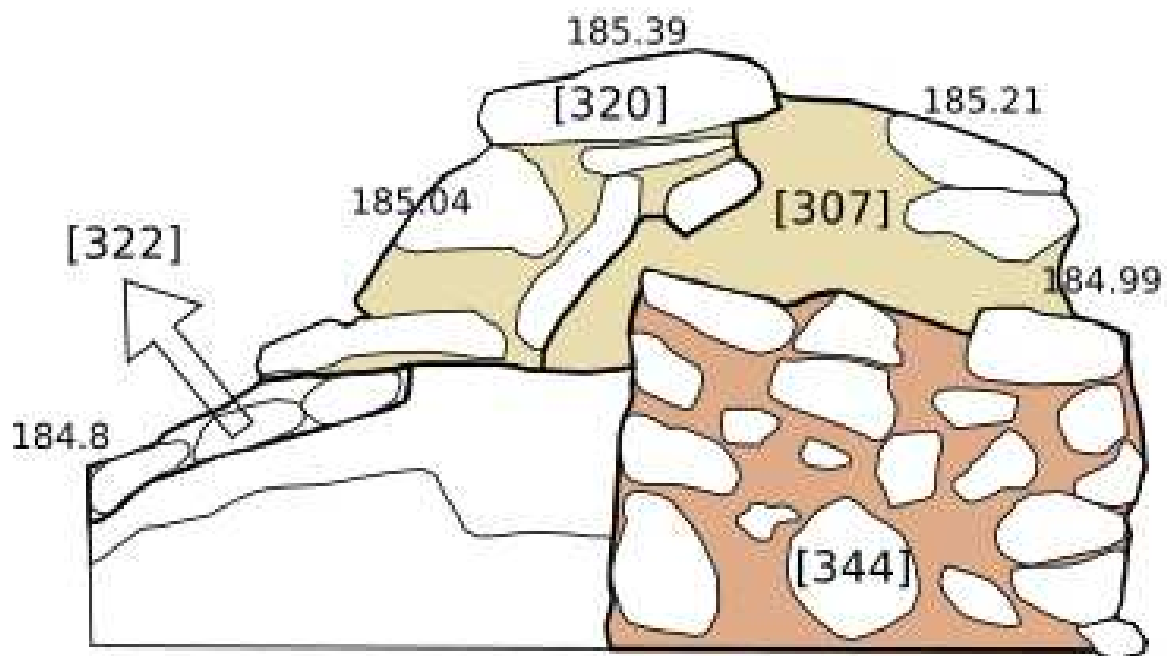


Fig. 15 - Croquis das relações estratigráficas entre as U.E [307], [320], [322] e [344].

Corte 6 (Reconstruído)

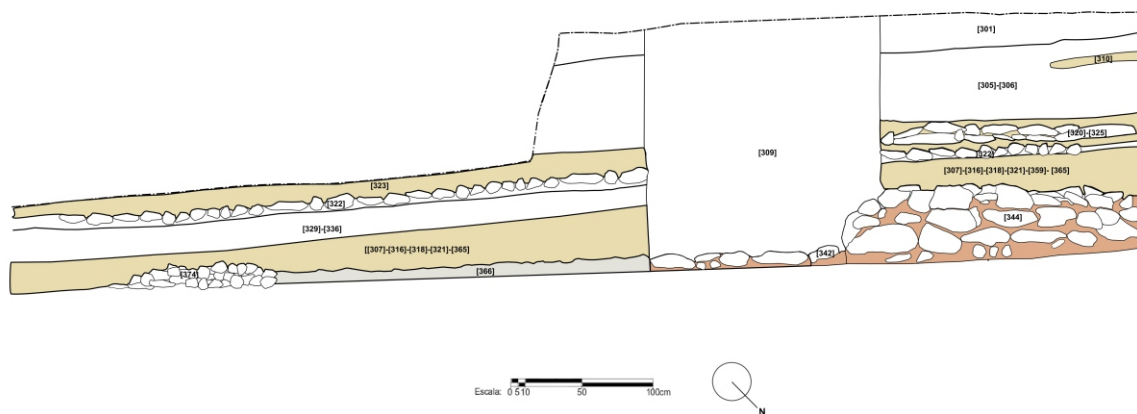


Fig. 16 - Corte 6, reconstituição interpretativa da sequência estratigráfica.

Posto de Recepção ao Turista
Castelo de Moura 2010-2011
Trabalhos Arqueológicos
Corte Central Sondagem 3 (reconstituído)
Acompanhamento/Intervenção de Salvamento

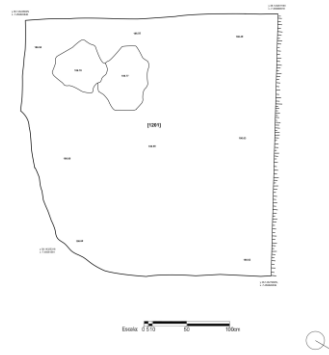


Fig. 17 - Plano 4-[1201].

Plano de Recuperação do Turismo
Cidade de Moura 2010-2011
Trabalhos Arqueológicos
Plano Intermediário S.12
Acompanhamento/Intervenção de Salvamento
Edição de 02/02/2010

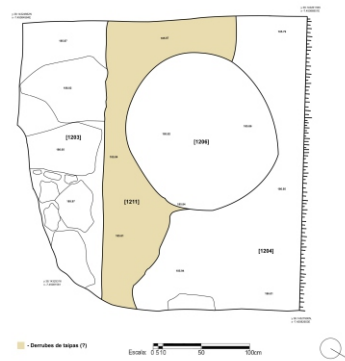


Fig. 18 - Plano 6- [1203] [1204] [1206] [1211].

Plano de Recuperação do Turismo
Cidade de Moura 2010-2011
Trabalhos Arqueológicos
Plano Intermediário S.12
Acompanhamento/Intervenção de Salvamento
Edição de 02/02/2010

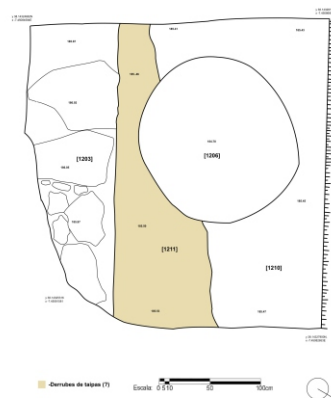


Fig. 19 - Plano 7- [1203] [1210] [1211].

Plano de Recuperação do Turismo
Cidade de Moura 2010-2011
Trabalhos Arqueológicos
Plano Intermediário S.12
Acompanhamento/Intervenção de Salvamento
Edição de 02/02/2010

2.Fotografias



Foto 1 - Aspecto dos trabalhos de limpeza e definição, durante o acompanhamento arqueológico das escavações mecânicas.



Foto 2 - U.E's [303], [302] e [304] em processo de escavação e plano inicial da [305].



Foto 3 - Plano inicial da U.E [309].



Foto 4 - U.E's [323], [347], [350], [351]



Foto 5 - U.E's [1203], [1205] e [1206].



Foto 6 - U.E's [354], [358], [359].



Foto 7 - Plano inicial das U.E's [306], [307], [308].



Foto 8 - U.E's [314], [315] e [316].



Foto 9 - Plano inicial da U.E. [309]U.E.[321], sobrepondo-se à[322]; a U.E. [320]é visível em segundo plano. A fina marca de cinza corresponde à [315].



Foto 10 - U.E's [321] e [324] e [322] (ainda assinalada como [334]).



Foto 11 - U.E's [316], [320] (zona inferior da foto) e [328].



Foto 12 - U.E's [318], [330] e [337].



Foto 13 - U.E's [337], [359], [362] e [363].



Foto 14 - U.E's [354], [359], [356], [357].



Foto 15 - U.E's (342), (343), (344), (345), após a sua definição. No canto superior esquerdo é visível ainda a [362].



Foto 16 - U.E's [342], [366], [368], [371], [372], [374] e [378].



Foto 17 - U.E [322], onde também são visíveis os cortes provocados pelas fossas [324] (canto superior direito) e [335] (canto inferior direito).



Foto 18 - U.E's [366], [368], [371], [373], [374] e [378].



Foto 19 - U.E's [370], [371] e [373].



Foto 20 - U.E's [370], [371] e [373].



Foto 21 - U.E's [335], [364], [365] e [367] (erradamente assinalada como plano intermédio da [364]).



Foto 22 - U.E's [341], [348] e [349]. O orifício no canto inferior esquerdo, corresponde a uma das sondagens geológicas realizadas no âmbito da realização do projeto de estruturas do PRT.



Foto 23 - U.E [340].



Foto 24 - U.E [1201].



Foto 25 - U.E's [1211].

3. Materiais



Materiais 1 - Prato do século XVIII, produzido em Sevilha



Materiais 2 - Prato de Faiança, produzido em Lisboa.



Materiais 3 - Vaso do século XVIII, produzido em Sevilha.



Materiais 4 - Garrafa de vidro do século XVIII.



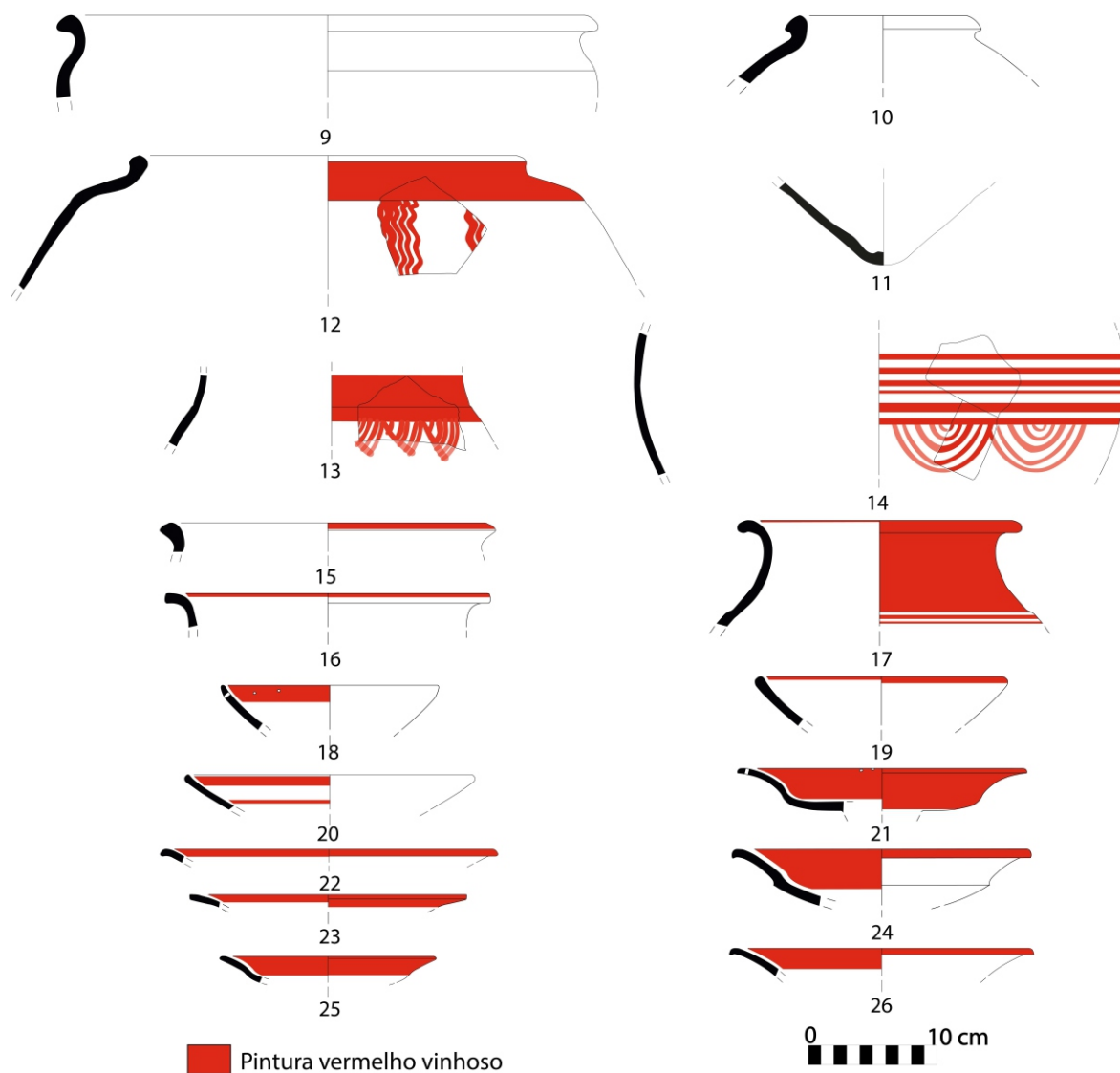
Materiais 5 - Tacho e frigideira do século XVIII.



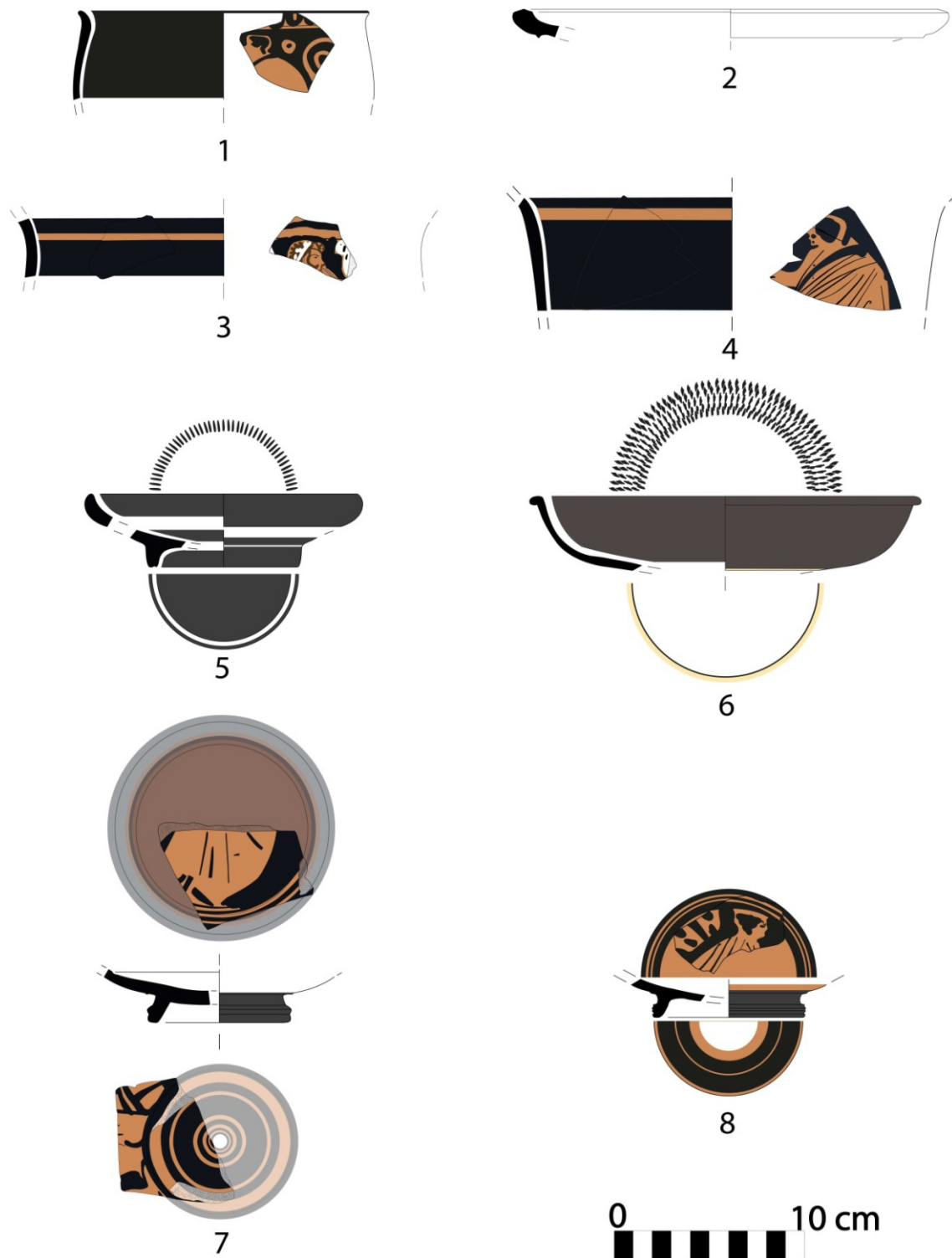
Materiais 6 - Tigela do século XVIII.



Materiais 7 - Cerâmica do século XI e escápula com alifato e basmala inscritos (Macias et al, 2016; Valente, 2023).



Materiais 8 - Cerâmica da Idade do Ferro (Soares, 2017).



Materiais 9 - Cerâmica ática da primeira metade do século IV a.C (Soares, 2017)..

Bibliografia

Macias, Santiago, Gaspar, Vanessa, Valente, José, 2016, Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013, 2 vols, Câmara Municipal de Moura.

Soares, R., 2017, A cerâmica grafitada e o seu contexto, entre a margem esquerda do Guadiana e a Serra de Aracena, Onoba, Nº 05, pp.171-193

Valente, J.G., 2021, Cerâmicas islâmicas com decoração policroma do Castelo de Moura (verde e manganés e corda seca). Parte 1 - Escavações de 1981-82 in “Lacant”, no. 1, Câmara Municipal de Moura, p. 39-61

Valente, J.G., 2023, Cerâmicas islâmicas com decoração policroma do Castelo de Moura (verde e manganés). Parte 2 - Escavações no Posto de Recepção ao Turista in “Lacant”,no. 3, Câmara Municipal de Moura, p. 4-24

Valente, G.; Soares, R., 2016, A Idade do Ferro no Castelo de Moura: resultados das sondagens para instalação do Posto de Recepção ao Turista. IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. (Tróia, 4 a 6 de Novembro). Comunicação em painel (poster)

O
Grafito de Moura e
os Problemas das
Escritas Pré-Romanas
no
Sudoeste Hispânico

Amílcar Guerra

Professor Catedrático Emérito
da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
investigador da UNIARQ e do Centro de História
guerra.amilcar@gmail.com

O grafito de Moura e os problemas das escritas pré-romanas no Sudoeste hispânico¹

Amílcar Guerra²

Resumo:

Embora já seja conhecido, divulga-se aqui o grafito em escrita pré-romana encontrado no Castelo de Moura. Aponta-se a sua importância no contexto regional e no âmbito das manifestações epigráficas deste período. Analisam-se, ao mesmo tempo, algumas questões relativas à diversidade dos sistemas de escrita que ocorrem no Sudoeste hispânico.

1. Quando se abordam as questões relativas às várias escritas pré-romanas da Hispânia, definimos várias áreas ou culturas, e atribuímos as designações com que se denominam habitualmente as realidades específicas³. Mas, ainda que haja claras afinidades entre as distintas escritas hispânicas, cada uma delas possui um sistema de signos com as suas particularidades, como as relativas ao signário e aos seus valores fonéticos. Distinguem-nas também os aspectos relativos à sua cronologia, uma vez que se lida com sistemas que se desenvolvem em fases distintas, entre o séc. VIII a.C. e a conquista romana.

Inicialmente tratavam-se as inscrições pré-romanas da Hispânia como uma realidade bastante uniforme, a que o qualificativo “ibéricas” assentava bem. Mas pouco depois de meados do séc. XX já se tinha percebido bem a sua disparidade. Com o tempo foram delimitadas as áreas, até se chegar a um quadro aparentemente estável, pelo menos no plano geográfico ou cultural. Mas estas questões não se encontram ainda totalmente resolvidas, em particular no que diz respeito à terminologia a usar para algumas delas.

Quando se fala do território português, todavia, é inevitável associar escrita pré-romana às estelas epigrafadas que marcam a paisagem do Sul do Alentejo e de boa parte do Algarve. A terminologia usada para designar esta realidade foi variando ao longo do tempo⁴, mas consagrou-se, na generalidade dos autores, como a mais antiga escrita pré-romana da Hispânia. Foi certamente esta convicção que levou à adopção do qualificativo de “tartéssica”, que dominou determinada fase e que ainda ocorre com alguma

¹ Este artigo retoma, no essencial, a informação e as ideias expostas em Guerra 2013.

² Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIARQ e do Centro de História.

³ Não é viável apresentar, neste breve contributo, a vasta bibliografia sobre o tema. Baste, para esse efeito, citar uma das mais recentes e completas sínteses, editada em duas línguas, inglês (Sinner e Velaza 2019) e espanhol (Sinner e Velaza 2021)

⁴ Sobre esta evolução da terminologia v. Correa e Guerra 2019, 109–14; A. Guerra, Barros, e Melro 2016, 24–26.

frequência. Depois de algumas reflexões sobre o quadro evolutivo das escritas peninsulares, esse apelativo parecia desajustado e consagrou-se uma terminologia de natureza meramente geográfica, mais neutra, e que hoje se encontra consolidada, a de “escrita do Sudoeste”. Embora ocorra já no importante trabalho de J. de Hoz (1985), será especialmente a partir dos anos ’90 do século passado que essa designação tende a generalizar-se⁵.

Para além das estelas, tem sido identificado no Sudoeste peninsular um conjunto cada vez mais extenso de grafitos que vêm enriquecer o panorama da escrita pré-romana, mas que colocam alguns problemas, especialmente no que se refere à classificação do sistema de signos que lhes corresponde⁶.

2. O objecto que justifica este contributo foi encontrado no decurso das escavações levadas a cabo no Castelo de Moura, no espaço que seria destinado ao Posto de Turismo da cidade, no ano de 2010 (v. artigo de J. Valente nesta mesma revista). Trata-se de um fragmento de cerâmica recolhido na Sondagem 3, na UE 305, a que foi atribuída uma datação correspondente ao séc. IV a. C., cronologia que resulta da identificação neste nível e nos seus contemporâneos de vestígios enquadráveis neste período, especialmente cerâmica pintada e ática. Estes achados enquadram-se bem no perfil de importações de objectos de prestígio desta fase no Vale do Guadiana e atestam a importância do sítio. Este curso de água constituiu uma via de penetração no interior alentejano e, apesar de se situar a montante do Pulo do Lobo, esse facto não impediu que Moura se tornasse num centro habitado relevante a que esses objectos de prestígio aportavam.

Ao fragmento em causa, pertencente também a este conjunto de cerâmicas de importação, foi aposta, no bojo da peça, uma inscrição esgrafitada com um estilete muito fino e duro, certamente metálico. Tratando-se de um grafito produzido em recipiente já cozido, deverá corresponder a uma marca que se relacionaria com o seu possuidor.

Como é habitual nestas circunstâncias, o texto gravado não deveria ser muito extenso, uma vez que, verosimilmente, corresponderia ao nome de um indivíduo. Embora não devam excluir-se outras possibilidades, certamente que a identidade do seu proprietário é a hipótese mais viável. Infelizmente o texto encontra-se fragmentado, subsistindo apenas a sua parte terminal, não sendo possível determinar a sua extensão original.

⁵ Afirmam-se especialmente a partir das obras de J. A. Correa 1995; 1996; Correia 1996.

⁶ Uma visão de conjunto deste âmbito geográfico, naturalmente desactualizada no que respeita ao repositório, mas importante pelas questões que coloca, pode ver-se em (Hoz 2007, 30–33)

No que resta da peça reconhece-se a parte intermédia de uma sequência de signos gravados com muita clareza, que facilmente se identificam como uma escrita pré-romana. Atendendo à área em que o achado ocorreu e às afinidades formais dos caracteres vem imediatamente à ideia uma eventual relação com a escrita do Sudoeste. Conservaram-se restos de sete signos, dois deles incompletos: o primeiro, que deverá corresponder a um **a**; e o último, de que subsiste apenas uma pequena parte, não sendo possível a sua identificação. Os restantes são de leitura muito clara e sobre cuja equivalência fonética não subsistem dúvidas. Deste modo a transcrição do grafito é a seguinte:

]anab^aor*[

3. Este registo permite tecer algumas considerações relativas às escritas pré-romanas do Sudoeste hispânico. Em primeiro lugar, sobreleva a afinidade entre o desenho destes caracteres e o da chamada escrita do Sudoeste, de modo que é inevitável inserir este achado nesse contexto. No entanto, com esta constatação se levantam algumas questões, uma relativa à cronologia da peça, outra atinente às particularidades da escrita.

A escrita do Sudoeste encontra-se geralmente vinculada ao mundo das estelas epigrafadas e às suas características, de tal forma que se definiram alguns dos seus elementos caracterizadores. Um deles consistia na redundância, isto é, numa norma que obrigava a que, depois de um signo silábico, constituído por uma consoante seguida de uma vogal (por exemplo **b^a**), se devesse grafar obrigatoriamente o que correspondia à sua componente vocálica, isto é, um **a**, ficando **baa**. Deste modo, neste sistema, ao contrário dos seus similares da Hispânia, acabava por se colocar um signo que não era necessário, neste caso um **a**, daí a designação desta peculiaridade.

Sendo este um dos seus traços característicos, alguns autores consideraram que muitos dos vestígios epigráficos detentores desta particularidade, normalmente objectos que não eram estelas, não poderiam integrar-se no mesmo conjunto de vestígios. Assim procedeu Untermann, especialmente no seu marcante repositório dedicado à “escrita tartéssica” (Untermann 1997), designação que elegera, como muitos outros, para identificar esta realidade epigráfica.

Por outro lado, coloca-se a questão da disparidade cronológica dos monumentos. Isto é, enquanto as estelas se centrariam nos séculos VI e V a. C., de uma maneira geral os exemplos de escrita não redundante eram posteriores. Tratando-se de manifestações de natureza diferente (uma vez que estávamos quase sempre perante pequenos textos, geralmente grafitos) e que se diferenciavam por essa particularidade relevante, seria normal procurar-se uma outra designação.

Até ao momento nenhuma se impôs e, por isso, a distinção pode fazer-se com uma diferença subtil na terminologia usada. Todas estas manifestações (com escrita redundante ou não, estelas, grafitos ou vestígios de qualquer outra natureza) são atestações de escrita pré-romana no Sudoeste Peninsular ou “escritas do Sudoeste”, plural que resulta da sua evidente diversidade, enquanto “escrita do Sudoeste” se usaria especificamente para as manifestações de escrita redundante (ou estelas em que ausência de redundância é pontual, não sistemática).

O que conhecemos da realidade que ficaria fora desta última classificação constitui um conjunto de vestígios bastante disperso geograficamente, reduzido em número e de textos muito curtos ou fragmentários. Na realidade não podemos dizer muito sobre ela.

A este respeito, no entanto, é interessante o caso do grafito de Abul⁷, no qual se regista uma pequena sequência que contém um caso de redundância. Mas também do ponto de vista cronológico este se encontra numa situação especial, uma vez que lhe foi atribuída uma datação mais antiga, situável entre os finais do séc. VII e os inícios do séc. VI a. C., isto é, contemporâneo das estelas epigrafadas.

Também não pode esquecer-se a realidade de uns dos mais notáveis sítios arqueológicos da Extremadura espanhola, Medellín, ponto de controlo de uma das travessias do rio Guadiana, onde se documenta amplamente o uso de escrita pré-romana, em situações muito diversas. Ali se identificou uma estela com escrita do Sudoeste (J.57) a par de um conjunto significativo de grafitos sobre cerâmica⁸. É sugestivo que o fenómeno da redundância se documente na estela, mas esteja ausente nos grafitos. Entretanto, o facto mais significativo é que entre estes últimos se encontra um taça de cerâmica cinzenta a que se atribui uma datação compreendida entre os finais do séc. VII e os inícios do séc. VI a. C. (Almagro Gorbea 2002, 754–55), isto é, contemporânea do grafito de Abul e da fase inicial das estelas com escrita do Sudoeste. Este achado de Medellín teria de significar, como o expõe claramente J. de Hoz (2010, 512), que estaríamos perante duas realidades distintas, uma de carácter redundante, outra não.

Estes exemplos, parecem, portanto, caracterizar uma dupla realidade. De um lado, tradição das estelas inscritas, de carácter funerário, que predomina claramente nos séc. VI e V a. C., especialmente difundidas no território do Sul do Alentejo e no Algarve, mas alargando-se a um espaço muito mais amplo que abarca a Andaluzia e a Extremadura espanhola, de forma mais dispersa. Apesar desse uso particular da escrita se ter perdido, naquela função específica e usando suportes característicos, o uso da escrita no Sudoeste hispânico manteve-se. O grafito epigráfico mais precoce de Medellín aponta para o facto de termos nesta área pelo menos dois sistemas diferentes. Não podemos determinar se o sistema de signos usado geralmente

⁷ Sobre os problemas que coloca v. Correa 2011; Guerra 2013.

⁸ Sobre a epigrafia pré-romana deste sítio v. Almagro Gorbea 2002, 551–71; Almagro-Gorbea 2004.

nos grafitos era muito distinto, mas podemos dizer, pelo menos, que não era redundante, o que é relevante, ainda que não se altere o objectivo essencial de transcrever uma determinada realidade língua através de um sistema de signos.

Com o fim da tradição das estelas inscritas em pedra local reduziu-se de forma substancial a quantidade de vestígios epigráficos, mas parece claro que, apesar disso, podemos sustentar a ideia de que se manteve o uso de uma escrita local até aos primeiros tempos da ocupação romana. As legendas monetárias de Alcácer do Sal⁹ atestam precisamente a manutenção desse hábito de escrever até que se impôs a utilização do alfabeto latino, fenómeno que acabou por atingir, de uma forma mais ou menos rápida, todas as escritas pré-romanas da Hispânia.

⁹ Entre a muito extensa bibliografia relativa à “ceca epigráficamente más enigmática de la Península” (de Hoz 1980, 314) v. Correa 1982; Faria 1989; 1992; Correa 2011, 201 ; Guerra 2013, 333–37.

Imagens:



Fig. 1 - Foto do fragmento.

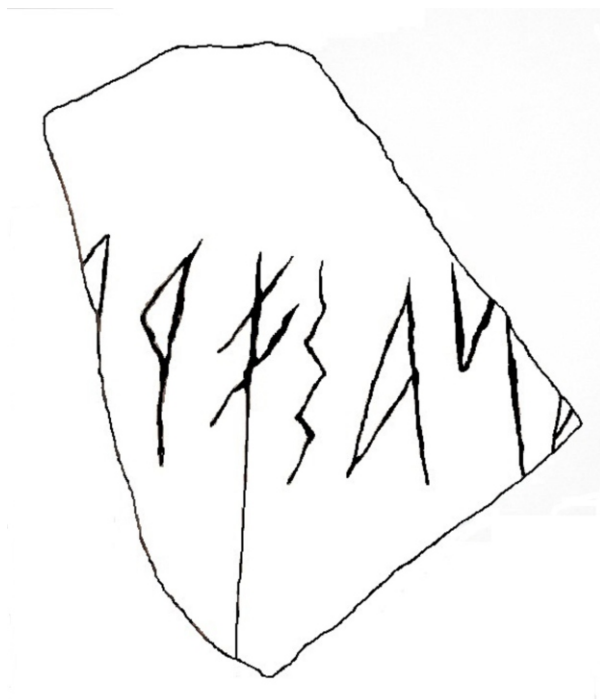


Fig. 2 - Decalque do grafito.

Bibliografía:

ALMAGRO-GORBEA, Martín. 2002. *La necrópolis de Medellín, II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.

ALMAGRO-GORBEA, Martín. 2004. «Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis oriental de Medellín». *Palaeohispanica* 4:13–44.

CORREA, José Antonio. 1982. «Singularidad del letrero indígena de las monedas de Salacia». *Numisma* 32 (177–179): 69–74.

1995. «Reflexiones sobre la epigrafía de suroeste de la Península Ibérica». Em *Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular (1. 1993. Jerez de la Frontera)*, 609–18. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera.

1996. «La epigrafía del Sudoeste: Estado de la cuestión». Em *La Hispania prerromana. VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas (1994)*, editado por J. Villar e J. Encarnação, 65–75. Acta Salmanticensia. Estudios Filológicos 262. Salamanca.

2011. «La leyenda indígena de las monedas de Salacia y el grafito de Abul (Alcácer do Sal, Setúbal)». Em *Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina (Colóquio Internacional de Tróia)*, editado por J. L. Cardoso e M. Almagro-Gorbea, 103–12. Lisboa-Madrid.

CORREA, José Antonio, GUERRA, Amílcar. 2019. «The epigraphic and linguistic situation in the south-west of the Iberian peninsula». Em *Palaeohispanic languages and epigraphies 2019*, editado por A. G. Sinner e J. Velaza. Oxford & New York: Oxford University Press.

CORREIA, Virgílio Hipólito. 1996. *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Ethnos.

FARIA, António Marques de. 1989. «A numária de *CANTNIPO». *Conimbriga* 28:71–99.

1992. «Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal». *Vipasca* 1:39–48.

GUERRA, A., BARROS, P., MELRO S. 2016. «A escrita do Sudoeste: um breve ensaio de síntese». Em *Apointamentos para a História das culturas de escrita: da Idade do Ferro à era digital*, 23–43. Faro: Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC).

GUERRA, Amílcar. 2013. «Algumas questões sobre as escritas pré-romanas do Sudoeste hispânico». *Palaeohispanica* 13:323–45.

HOZ, Javier de. 1980. «Crónica de lingüística y epigrafía prerromanas de la Península Ibérica». *Zephyrus* 30–31:299–323.

1985. «El origen de la escritura del S. O.» Em *Acta del III Coloquio sobre Lenguas Y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*, 423–64. Salamanca: Universidad de Salamanca.

2007. «Cerámica y epigrafía paleohispánica de fecha prerromana». *Archivo Español de Arqueología* 80:29–42.

2010. *Historia Lingüística de la Península Ibérica en la Antigüedad: Preliminares y mundo meridional prerromano*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

SINNER, A. G., e J. Velaza, eds. 2019. *Palaeohispanic Languages and Epigraphies*. Oxford: Oxford University Press.

eds. 2021. *Lenguas y epigrafías paleohispánicas*. Manresa: Bellaterra.

UNTERMANN, Jürgen. 1997. *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Vol. IV. Wiesbaden: Ludwig Reichert Verlag.

O Megalitismo no Concelho de Moura: Contributos para uma Síntese

Miguel António Paixão Serra

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
(Universidade de Coimbra)
Câmara Municipal de Serpa
(Divisão de Cultura e Património)
mmserra@cm-serpa.pt

João Barreira

Museu Rainha Dona Leonor
O Legado da Terra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
(Universidade de Coimbra)
joaombarreira@gmail.com

Luís Costa

O Legado da Terra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada
luiscostapac@gmail.com

João Reis

O Legado da Terra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada
joapascensaoreis@gmail.com

Nelson J. Almeida

CHAIA, Centro de História da Arte e Investigação Artística
IN2PAST, Laboratório Associado para a Investigação e Inovação
em Património, Artes, Sustentabilidade e Território
Departamento de História, Universidade de Évora
UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
O Legado da Terra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada
nelson.almeida@uevora.pt

Introdução

A realização de trabalhos arqueológicos de salvaguarda na Anta do Zambujal (Selmes, Vidigueira), da responsabilidade d'O Legado da Terra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, serviu de motivação para a elaboração de uma proposta de síntese sobre o Megalitismo no Baixo Alentejo, nomeadamente nos concelhos de Alvito, Cuba, Vidigueira, Serpa e Moura, com o objetivo de enquadrar os resultados aí obtidos¹.

A inexistência de uma síntese regional devidamente atualizada condicionou esses objetivos e reforçou a necessidade de elaboração de trabalhos de caracterização do Megalitismo nesta região, através de análise bibliográfica, levantamento da situação de referência e do estado atual dos monumentos em causa, criando uma base de dados indispensável para projetos futuros.

Os recentes trabalhos de atualização da informação enquadrados no âmbito do Processo de Classificação do Megalitismo Alentejano², desenvolvidos em estreita articulação entre os técnicos da extinta Direção Regional de Cultura do Alentejo, atual Unidade de Cultura da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e os municípios abrangidos, permitiram um novo impulso sobre a temática do Megalitismo, constituindo uma oportunidade para o desenvolvimento da sistematização dos dados para o concelho de Moura, que apresentamos no presente trabalho.

Breve resenha do Megalitismo do concelho de Moura

O concelho de Moura, situado na zona Este do Baixo Alentejo, possui uma área de 958,46 km² e encontra-se delimitado a Este e Sul pela fronteira com Espanha, a Este por Barrancos, a Norte por Mourão, Reguengos de Monsaraz e Portel, a Oeste pela Vidigueira e a Sudoeste por Serpa.

O seu território apresenta um importante conjunto de solos férteis, que aliado à presença das redes hidrográficas do Guadiana e do Ardila, o transformam numa zona de grande aptidão agrícola, propícia à horticultura, às culturas cerealíferas e à olivicultura³, com esta última em clara expansão na atualidade.

A morfologia concelhia é marcada pelo Pico das Escovas (584 m), a Serra da Adiça (520 m) e a Atalaia Gorda (276 m), pontuada por relevos ondulados com cotas inferiores e terrenos planos.

¹ ALMEIDA *et al.* 2022; ALMEIDA *et al.* no prelo

² Diário da República, 2ª série, n.º 31, de 13.01.2023, Anúncio n.º 17/2023

³ MACIAS *et al.* 2016, p. 13

Os monumentos megalíticos identificados no concelho de Moura encontram-se distribuídos por todo o território, com localizações diversificadas, ocupando terrenos planos ou de orografia suave em cotas inferiores em ambas as margens do Ardila ou nas proximidades no Guadiana, na zona Norte do concelho, ou em relevos mais acentuados, como o conjunto de dolmens situados na faixa Sul do território (Fig. 1).

Os cerca de 30 monumentos conhecidos para o concelho de Moura integram-se essencialmente no Megalitismo funerário, encontrando-se bem identificadas seis antas, às quais acrescem 23 que geram maiores dúvidas por não se conhecerem quaisquer vestígios na atualidade ou não terem sido devidamente relocalizadas. Para além destes casos estão ainda identificadas três mamoaas, que eventualmente também poderão ser integradas no fenómeno do Megalitismo funerário, apesar de algumas dúvidas sobre a sua integração cronológica, que só serão esclarecidas com trabalhos de outra natureza.

As seis antas devidamente referenciadas são as de Álamo/Touril 1, situada na freguesia de Sobral da Adiça, Malhada da Defesa 1 e São Bernardo, ambas na União de Freguesias de Moura e Santo Amador, Monte Novo das Antas 3, na Póvoa de São Miguel e as antas da Negrita 1 e de Pedras Tanchadas, localizadas na União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.

As três mamoaas identificadas em Moura, Coutada, Judeu 4 e Abroteiras localizam-se respetivamente na União de Freguesias de Moura e Santo Amador, Freguesia de Póvoa de São Miguel e União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.

Um expressivo conjunto de 23 monumentos de identificação mais duvidosa ou mesmo já desaparecidos engloba os sítios de Amareleja e Garrochais, situados na Freguesia da Amareleja, a Anta do Monte dos Bravos e Cid Almeida, em Moura e Santo Amador, nove possíveis antas em Sobral da Adiça, como Outeiro dos Bentinhos/Anta 3 do Touril, três antas no Touril, Dona Catarina, Palhares, Parreira, Preguiça e Vila Ruiva. Na Póvoa de São Miguel existem referências a sete antas da Herdade das Antas e outra na Serra Brava. Finalmente, estão ainda sinalizadas antas em Vale de Vinagre e Negrita 2, na União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.

Várias das descrições destes monumentos suscitam muitas dúvidas, e que podem conduzir a um número total de monumentos megalíticos ainda mais expressivo, uma vez que é sugerido que alguns dos sítios indicados poderiam ter mais vestígios, já desaparecidos há muito.

As primeiras referências a monumentos megalíticos no concelho de Moura surgem-nos de forma algo difusa e dispersa a partir dos anos 30, sem que tenha havido uma verdadeira tentativa de sistematização até à atualidade. Estes dados, distribuídos por diferentes publicações de vários autores apresentam-se, por vezes, com descrições sumárias e localizações nem sempre precisas, a que não será alheio o facto de em algumas ocasiões se estarem a referir a vestígios já desaparecidos, mas ainda presentes na memória oral das populações locais, ou num estado de conservação demasiado precário para gerarem informações precisas.

Apesar das limitações acima referidas, são incontornáveis as menções iniciais de algumas figuras de relevo no panorama da arqueologia nacional, como José Leite de Vasconcellos, Irisalva Moita, o casal Leisner, e, claro, do mourense José Fragoso de Lima, autêntico pioneiro da arqueologia desta região.

Sem pretensão de uma revisão bibliográfica exaustiva, identificamos uma das primeiras referências à presença de monumentos megalíticos em Moura através da inclusão deste concelho na lista elaborada por José Leite de Vasconcellos sobre o povoamento em Portugal na Pré-história, sinalizando aí a presença do topónimo “Anta”, sem qualquer indicação do, ou dos, monumentos concretos que se lhe poderiam associar⁴.

Mas é, sem sombra de dúvida, a José Fragoso de Lima que se devem as principais referências a sítios enquadráveis no fenómeno do Megalitismo no território de Moura, através de diversos trabalhos de identificação e caracterização.

Em Setembro de 1938, nas páginas do Jornal de Moura, onde publicava regularmente, Fragoso de Lima menciona os topónimos de Antas e Pedras Tanchadas, em Santo Aleixo da Restauração, estabelecendo, naturalmente, a sua ligação a monumentos pré-históricos. Na breve descrição que lhe foi reportada pelas gentes locais, é indicado que o topónimo “Antas” corresponde a um conjunto de pedras de grande dimensão dispostas verticalmente, enquanto que Pedras Tanchadas, também se refere a situação similar, mas com pedras de menor dimensão⁵.

No ano seguinte visitaria o local e verifica que para além dos topónimos já mencionados existe um outro, “Poço das Antas”, que lhe permite sugerir a existência de mais dolmens, para além dos dois que se conservavam, “Anta”, na Herdade da Contenda e “Pedras Tanchadas”, topónimo presente quer na Herdade da Contenda, quer na Herdade da Negrita. Fragoso de Lima, num espírito de partilha e desprendimento em relação a estes achados, releva ainda ter dado conta destas informações ao seu “...*mestre e amigo*...”, José Leite de Vasconcellos, que lhe garantiu ter intenção de publicar tais dados em artigo⁶, o que viria a o correr também nas páginas do Jornal de Moura, sob o título “Antas da Negrita”, em Setembro de 1939, naquele que terá sido o último trabalho do *mestre* sobre pré-história⁷, poucos anos antes do seu falecimento em 1941.

Estas primeiras incursões sobre o mundo do Megalitismo, levariam Fragoso de Lima a desenvolver motivação para alargar as suas pesquisas ao restante território, onde valorizou sempre os levantamentos toponímicos, as recolhas orais ou a presença de certas lendas, para identificar possíveis sítios.

⁴ VASCONCELLOS, 1912, p. 264

⁵ LIMA, 2003, p. 43

⁶ Idem, 2003, p. 46, 47

⁷ Ibidem, 2003, p. 158

Entre 1941 e 1942 identifica novos monumentos em Sobral da Adiça e em outros locais⁸, o que terá em parte despertado o interesse de outros investigadores, como atestado pelos trabalhos de investigação sobre Moura, realizados por Georg e Vera Leisner em 1944⁹.

Mas Fragoso de Lima não haveria de ficar apenas pelas descrições do que observava à superfície dos terrenos e, juntamente com Manuel Heleno, promove escavações arqueológicas na anta de São Bernardo, em 1947, cujos dados permanecem pouco conhecidos por deles não se ter publicado qualquer artigo, mas apenas alguns relatórios¹⁰.

Entre as décadas de 40 e 50 do século passado parece ter-se evidenciado um maior interesse pelo Megalitismo de Moura, na sequência de trabalhos e sistematizações efetuadas sobre outros territórios próximos, de que são exemplo algumas referências como a sugestão deixada pelo casal Leisner de que o potencial de zonas como Sobral da Adiça, Santo Aleixo ou Safara justificaria um estudo mais aprofundado¹¹. Os investigadores alemães deixam ainda uma outra interessante menção a uma ponta de liga de cobre proveniente da Anta do Outeiro dos Bentinhos¹².

Anos mais tarde, em 1974, Fragoso de Lima publica uma curta síntese sobre o “Campo Dolménico da Negrita”, que simultaneamente serve como trabalho de revisão sobre as várias notícias e trabalhos publicados sobre o Megalitismo da Moura¹³ e onde deixa vários lamentos, a propósito das diversas destruições sofridas por alguns dos monumentos, nomeadamente as antas da Herdade da Negrita, mas também deixa indicações sobre os trabalhos necessários para a sua investigação, conservação e valorização¹⁴.

Nesta curta revisão sobre a bibliografia arqueológica relativa ao Megalitismo em Moura devem ainda ser destacados os trabalhos de sistematização dos “*conjuntos dolménicos*” que Fragoso de Lima identifica em Santo Aleixo, com as duas antas já mencionadas da Negrita 1, possivelmente correspondente ao monumento designado como Dólmen do Sítio das Antas, pelo investigador mourense, e das Pedras Tanchadas, deixando ainda a sugestão de terem existido nas suas proximidades diversos outros monumentos entretanto desaparecidos. Na Póvoa de São Miguel refere a existência de 10 dólmenes, incluindo a Pedra das Antas, posteriormente designada como Monte Novo das Antas 3, e outros dois monumentos próximos, os dólmenes 2 e 3 da Herdade das Antas, que também seriam designados por “*Edifício dos Mouros*”. Não muito distante destes, refere ainda um conjunto de 7 dólmenes “...*ligados uns aos outros por corredores...*”, uma situação de difícil interpretação e atualmente impossível de verificar pelo desaparecimento destes vestígios. Em Sobral da Adiça reporta o autor mais seis antas, a Anta n.º 1 do

⁸ LIMA, 2003, p. 159

⁹ LEISNER & LEISNER 1956; LEISNER & LEISNER 1959

¹⁰ LIMA, 2003, p. 159

¹¹ LEISNER & LEISNER, 1951, p. 13

¹² Idem, 1951, p. 149

¹³ LIMA, 2003

¹⁴ Idem, 2003, p. 204

Touril, também referenciada como anta do Álamo, para além de mais 4 antas na mesma herdade e a Anta da Preguiça, destruída em 1914 por trabalhos de mineração¹⁵.

As dificuldades para desenvolver qualquer tentativa de sistematização destes monumentos fica bem patente nas dúvidas geradas nas descrições, muitas vezes indiretas que Fragoso de Lima registou, ou nas diferentes designações atribuídas, possivelmente, aos mesmos monumentos.

Neste curto percurso pela história da investigação do Megalitismo pelas terras de Moura, cabe ainda referir os trabalhos de Irisalva Moita, que inclui vários dos monumentos publicados por Fragoso de Lima e acresce novos sítios como uma possível anta em Garrochais, na freguesia de Amareleja¹⁶.

Entre os trabalhos mais recentes encontra-se o levantamento efetuado no âmbito da implementação do Projeto Alqueva, coordenado por António Carlos Silva, que inclui mais alguns novos elementos ao panorama anteriormente conhecido, para além de uma importante atualização da situação de referência¹⁷.

Entre os novos dados destaca-se a identificação de uma mamoa em Monte do Judeu 4, localizada na Póvoa de São Miguel¹⁸.

A presente revisão bibliográfica mostra claramente as insuficiências da investigação centrada no Megalitismo para o território de Moura, mas também evidencia a relevância do conjunto de monumentos que aí existiu e que importa conhecer com maior detalhe. Infelizmente, muitos dos monumentos descritos não se encontram devidamente estudados e as destruições que sofreram limitam em muito as perspetivas futuras de intervenção.

Antas e Mamoas

De entre os mais de 30 monumentos referenciados para o concelho de Moura, muitos dos quais desaparecidos ou não relocados, existem descrições mais pormenorizadas para um conjunto de seis antas e três mamoas, que constituem a base da lista elaborada no âmbito do já referido Processo de Classificação do Megalitismo Alentejano.

Segue-se uma breve descrição de cada um dos monumentos:

- **Álamo/Touril 1** (Sobral da Adiça). Anta simples com mamoa bem preservada e que ainda conserva oito esteios “*in situ*” (Fragoso de Lima identifica nove), apesar do esteio de cabeceira já não se encontrar presente, bem como outros dois que teriam sido roubados. Fragoso de Lima refere que um dos esteios poderia corresponder a uma estela e está gravado com “cavinhas”¹⁹.

¹⁵ LIMA, 1988, p. 30-34

¹⁶ MOITA, 1965

¹⁷ SILVA, 1999

¹⁸ Idem, 1999, p. 258

¹⁹ LIMA, 1988, p. 39, 40

- **Malhada de Defesa 1** (União de Freguesias de Moura e Santo Amador). Esta anta conservava apenas um esteio com 2 metros de comprimento e um amontado com quatro ou cinco esteios de menor dimensão e não apresentava vestígios da mamoa²⁰ Segundo informação da Câmara Municipal de Moura, após realocização do sítio, aparenta ter sido destruído.
- **São Bernardo** (União de Freguesias de Moura e Santo Amador). Também designada como Anta do Castro de São Bernardo, trata-se de uma anta de pequenas dimensões que foi escavada por Fragoso de Lima e Manuel Heleno em 1947²¹.
- **Monte Novo das Antas 3** (Póvoa de São Miguel). Referida pelos Leisner como Anta 1 da Herdade das Antas²² e por Fragoso de Lima como Pedra das Antas²³, possui nove esteios na câmara, com 4 metros de diâmetro. Já não tem vestígios da laje de cobertura nem do corredor²⁴. Nas proximidades identificou-se uma possível estela tombada, com 3,5 metros por 1 metro (Fig. 2).
- **Anta da Negrita 1** (União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração). Com cinco esteios *in situ*, incluindo o de cabeceira, com uma altura de 2,44 metros, é uma das antas de maiores dimensões no concelho de Moura. A câmara tem planta poligonal e o corredor é subretangular, encontrando-se praticamente soterrado. Ainda se observam muitas pedras da mamoa e um possível anel pétreo²⁵ (Fig.3).
- **Anta das Pedras Tanchadas** (União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração). Também referida como Pedras Tanchadas 2 ou Negrita 3, conserva sete esteios *in situ*, e o esteio de cabeceira encontra-se fraturado. Já não possui vestígios da mamoa e do corredor²⁶.
- **Monte da Coutada** (União de Freguesias de Moura e Santo Amador). Mamoa com 8 metros de diâmetro que apresenta uma concentração de blocos de xisto e quartzo, que não permitem uma melhor caracterização. Suscita algumas dúvidas sobre a sua referenciação bibliográfica, o que se poderá dever a uma possível diferente nomenclatura, como sucede com outros casos.
- **Monte do Judeu 4** (Póvoa de São Miguel). Mamoa circular situada no topo de uma pequena elevação, com 7 metros de diâmetro e 1,5 metros de altura. Era constituída por blocos de quartzo e pequenas lajes de xisto ligadas por terra argilosa²⁷, mas cujos vestígios já não se conservam.
- **Abroteiras/Abutreiras** (União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração). Esta mamoa apresenta dimensões superiores em relação aos dois casos anteriores, com cerca de 20 metros de diâmetro. Encontra-se delimitada por um anel pétreo e ao centro observam-se alguns esteios de pequena

²⁰ SILVA, 1999, p. 357

²¹ LIMA, 2003, p. 159

²² LEISNER & LEISNER, 1959, p. 247

²³ LIMA, 1988, p. 35

²⁴ *Idem* 1988, p. 35

²⁵ LIMA, 1988, p. 32; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 247

²⁶ *Idem* 1988, p. 33; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 247

²⁷ SILVA, 1999, p. 342

de pequenas dimensões; para a Anta n.º 3, possivelmente equivalente à anta do Outeiro dos Bentinhos, apenas é dito que tem características iguais à anterior e que aí se recolheu um machado de pedra e uma ponta de seta em cobre. É ainda referida a existência das antas n.º 4 e 5, mas sem qualquer descrição relevante³⁷. Sobre a anta de Vila Ruiva, referem os Leisner que esta possuía câmara elíptica e não tinha corredor, encontrando-se bem preservada e com alguns esteios com cerca de 2 metros de altura³⁸.

Também na Póvoa de São Miguel encontramos referências a diversos vestígios, mas de difícil confirmação. Começamos por referir uma anta na Serra brava, que não foi localizada e o conjunto de sete antas da Herdade das Antas, ligadas entre si, segundo a descrição de Fragoso de Lima, situação que suscita imensas dúvidas. Refere o autor que uma das antas é de dimensão superior às restantes, possuindo seis esteios partidos ao nível do chão, rodeados de calços. O facto mais curioso que descreve reporta-se à existência de três entradas nesta anta, associadas a corredores assinalados por alguns esteios. Para as restantes seis antas é referida a presença de esteios e dos corredores que os unem entre si, para além de algumas destruições efetuadas pelos trabalhadores da herdade³⁹.

Por fim, na União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração estão mencionadas antas em Vale de Vinagre, que ainda conservava dois esteios e na Negrita 2⁴⁰, dois quais já não subsiste qualquer vestígio.

Conclusões

No concelho de Moura, apesar das incertezas que rodeiam muitas das informações existentes, surgem referências a cerca de três dezenas de antas, o que prefiguraria um número bastante relevante e superior ao dos mencionados territórios vizinhos do Baixo Alentejo⁴¹.

No entanto, os números não são acompanhados por um interesse sistemático e gerador de conhecimento, pois escasseiam os trabalhos arqueológicos mais específicos sobre este tipo de monumentos, havendo apenas a registar uma única escavação arqueológica, na anta de São Bernardo, realizada há mais de 70 anos e da qual pouco se sabe.

Apesar das limitações apontadas, julgamos que o presente trabalho pode constituir uma chamada de atenção para o potencial de natureza científica e eventualmente de valorização patrimonial que alguns dos monumentos descritos podem gerar.

A realização recente de trabalhos de relocalização e atualização da informação disponível, enquadrados no âmbito do Processo de Classificação do Megalitismo Alentejano, tem permitido uma avaliação do estado

³⁷ LIMA, 1988, p. 41

³⁸ LEISNER & LEISNER, 1959, p. 248

³⁹ LIMA, 1988, p. 3638

⁴⁰ LEISNER & LEISNER, 1959, p. 247

⁴¹ ALMEIDA *et al.* no prelo

de pequenas dimensões; para a Anta n.º 3, possivelmente equivalente à anta do Outeiro dos Bentinhos, apenas é dito que tem características iguais à anterior e que aí se recolheu um machado de pedra e uma ponta de seta em cobre. É ainda referida a existência das antas n.º 4 e 5, mas sem qualquer descrição relevante³⁷. Sobre a anta de Vila Ruiva, referem os Leisner que esta possuía câmara elíptica e não tinha corredor, encontrando-se bem preservada e com alguns esteios com cerca de 2 metros de altura³⁸.

Também na Póvoa de São Miguel encontramos referências a diversos vestígios, mas de difícil confirmação. Começamos por referir uma anta na Serra brava, que não foi localizada e o conjunto de sete antas da Herdade das Antas, ligadas entre si, segundo a descrição de Frago de Lima, situação que suscita imensas dúvidas. Refere o autor que uma das antas é de dimensão superior às restantes, possuindo seis esteios partidos ao nível do chão, rodeados de calços. O facto mais curioso que descreve reporta-se à existência de três entradas nesta anta, associadas a corredores assinalados por alguns esteios. Para as restantes seis antas é referida a presença de esteios e dos corredores que os unem entre si, para além de algumas destruições efetuadas pelos trabalhadores da herdade³⁹.

Por fim, na União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração estão mencionadas antas em Vale de Vinagre, que ainda conservava dois esteios e na Negrita 2⁴⁰, dois quais já não subsiste qualquer vestígio.

Conclusões

No concelho de Moura, apesar das incertezas que rodeiam muitas das informações existentes, surgem referências a cerca de três dezenas de antas, o que prefiguraria um número bastante relevante e superior ao dos mencionados territórios vizinhos do Baixo Alentejo⁴¹.

No entanto, os números não são acompanhados por um interesse sistemático e gerador de conhecimento, pois escasseiam os trabalhos arqueológicos mais específicos sobre este tipo de monumentos, havendo apenas a registar uma única escavação arqueológica, na anta de São Bernardo, realizada há mais de 70 anos e da qual pouco se sabe.

Apesar das limitações apontadas, julgamos que o presente trabalho pode constituir uma chamada de atenção para o potencial de natureza científica e eventualmente de valorização patrimonial que alguns dos monumentos descritos podem gerar.

A realização recente de trabalhos de relocalização e atualização da informação disponível, enquadrados no âmbito do Processo de Classificação do Megalitismo Alentejano, tem permitido uma avaliação do estado

³⁷ LIMA, 1988, p. 41

³⁸ LEISNER & LEISNER, 1959, p. 248

³⁹ LIMA, 1988, p. 3638

⁴⁰ LEISNER & LEISNER, 1959, p. 247

⁴¹ ALMEIDA *et al.* no prelo

de conservação dos monumentos, gerando novos elementos para as bases de dados, indispensáveis, não só para a comunidade científica, mas também enquanto instrumento de gestão territorial.

O estado da arte sobre o Megalitismo do concelho de Moura demonstra a necessidade urgente de executar alguns trabalhos, relativamente simples, mas que possibilitam a obtenção de dados indispensáveis para uma melhor caracterização e compreensão dos vestígios mencionados, como por exemplo, a execução de levantamentos topográficos, fotográficos ou mesmo fotogramétricos, que permitam a reconstituição das plantas dos monumentos, uma vez que não se conhece nenhuma publicada até à data para o território de Moura, à excepção da planta da anta de Negrita ²⁴², da qual pouca informação subsiste. Naturalmente, que este tipo de trabalhos permite também uma série de elementos indispensáveis para uma melhor caracterização de cada um dos monumentos observados e que poderão constituir uma base futura para a conceção de um projeto de investigação destinado a aprofundar o conhecimento sobre o Megalitismo nesta região, enriquecendo a perceção sobre o mesmo, tanto da parte da comunidade científica como do público em geral.

Agradecimentos

Os autores querem expressar o seu agradecimento à Câmara Municipal de Moura e em particular a José Gonçalves Valente pelas diversas informações e esclarecimentos prestados, bem como pela cedência das imagens utilizadas.

⁴² LEISNER & LEISNER, 1959, t.24

Imagens:

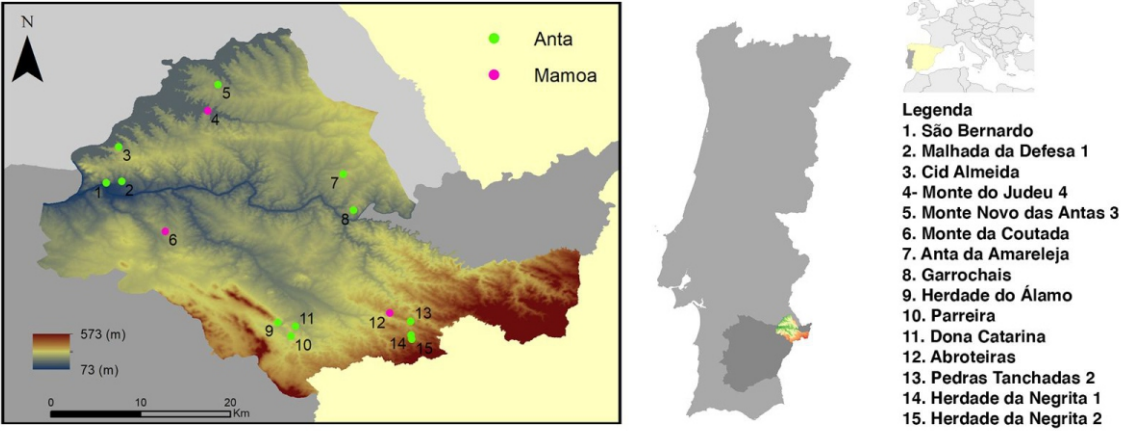


Fig. 1 - Localização do concelho de Moura no território nacional e dos monumentos megalíticos nele georeferenciados.



Fig. 2 - Monte Novo das Antas 3 (fotografia: Câmara Municipal de Moura).



Fig. 3 - Anta da Negrita 1
(Fotografia : Câmara Municipal de Moura)



Fig. 4 - Mamoa das Abroteiras.



Fig. 5 - Reaproveitamento de esteios em Monte do Touril (fotografia: Câmara Municipal de Moura).

Bibliografia

ALMEIDA, N., SERRA, M., REIS, J., COSTA, L. e BARREIRA, J. (no prelo) – Passado, presente e futuro do Megalitismo no Baixo Alentejo: os Municípios de Vidigueira, Cuba, Alvito, Moura e Serpa (Distrito de Beja). *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*. Fundação Lapa do Lobo, Nelas, 26, 17 de janeiro 2024.

ALMEIDA, N., BARREIRA, J., COSTA, L., REIS, J. e SERRA, M. (2022) – Anta do Zambujal (Selmes, Vidigueira). Trabalhos em curso e contributos para a história do monumento. *Al Madan Online*, 25, tomo 2, p. 119-120.

LEISNER, G e LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Madrider Forschungen. Berlin: Walter Gruyter & Co., Bd. 1:2.

(1956) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Madrider Forschungen. Berlin: Walter Gruyter & Co., Bd. 1.

(1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o Estudo da Cultura Megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

LIMA, J. F. (2003) – *Elementos históricos e arqueológicos do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura, 2ª edição.

(1988) – *Monografia Arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

MACIAS, S., GASPAS, V. e VALENTE, J. G. (2016) – *Castelo de Moura. Escavações arqueológicas 1989-2013. Textos*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

MOITA, I. (1965) – A carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana e o Museu de Serpa (projecto). *Lucerna*, 4, p. 140-152.

SILVA, A. (1999) – Salvamento arqueológico no Guadiana. Memórias d'Odiana. *Estudos Arqueológicos do Alqueva*, 1. Beja: EDIA.

VASCONCELLOS, J. (1912) – Le peuplement au Portugal aux temps pré-historiques d'après des données de la toponymie. *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 17, p. 255-265.

Estudo Antropológico
de uma
Sepultura isolada no interior
do
Castelo de Moura
(Torre de Salúquia)

Margarida Figueiredo
SWAD - Southwest Archaeology Digs

margaridavpf@gmail.com

I. Introdução e contextualização

No âmbito de uma visita ao Museu Municipal de Moura, inserida no programa de arqueologia de campo da South-West Archaeology Digs (SWAD), foi possível observar, em depósito, uma caixa com uma inumação primária, parcialmente preservada. Este enterramento cortado encontrava-se envolto por uma gaze e gesso que o continha/retinha.

Dada a nossa curiosidade, o arqueólogo responsável José Gonçalo Valente explicou-nos o porquê de tão insólita sepultura: correspondia à parte superior de uma inumação primária, que foi intervencionada numa campanha arqueológica pouco (re)conhecida de 1980/1981. Poucos são os registos desta escavação, apenas que corresponde a trabalhos dirigidos por Jorge Pinho Monteiro e que consistiu na abertura de várias sondagens de 4mX4m, espalhadas pelo interior do castelo de Moura.

Numa destas sondagens, junto da “Torre de Salúquia”, chegou até hoje uma explicação sucinta que fala na identificação «de 11 níveis arqueológicos, entre os quais cinco pavimentos de argamassa, todos de época moderna. Um dos pavimentos atinge a espessura de 0.18 m (nível 7). Desde o nível 3 aparecem fragmentos de «terra sigillata» e grande quantidade de cerâmicas dos séculos XV-XVI, XVII e XVIII, algumas de boa qualidade. Para baixo do nível 7 e até ao nível ladrilhado da base da sondagem, nota-se maior frequência de materiais baixo-medievais» (Macias, Gaspar, Valente, 2016). Apesar de não referir de forma explícita a existência de níveis islâmicos, algumas cerâmicas desta cronologia, com marcação indiciando a proveniência deste local, indicam a presença de níveis islâmicos.

Será desta campanha de 1981, a última que contou com a direcção de Jorge Pinho Monteiro, este enterramento com datação atribuída à primeira metade do século XIII. Por razões que nos escapam até hoje, optou-se, na altura, por se proceder a um levantamento incompleto e em bloco. José Gonçalo Valente avança com uma suposição interessante que se prende com a lenda da Moura Salúquia e a tentativa de a associar a este enterramento (aparentemente) feminino encontrado nas imediações da afamada torre e que serviria para comprovar a veracidade desta tradição popular há já muito contada e recontada. O facto deste enterramento surgir de forma isolada, no interior do castelo, contra todos os cânones estabelecidos pelo Islão, só vem adensar ainda mais o mistério.

Em termos de rituais fúnebres corresponde a uma inumação primária, depositada em decúbito lateral direito, com a cara virada para Meca. A deposição primária foi definida e limpa. Os fragmentos ósseos que se encontravam espalhados no interior da caixa de armazenamento, foram também recolhidos e inventariados ajudando na identificação deste enterramento.

O relativo bom estado de conservação do esqueleto, permitiu definir com segurança um perfil paleobiológico deste indivíduo inumado sem, no entanto, deslindar o mistério da sua morte.

Esta escavação em laboratório decorreu alternadamente entre as tardes de 12 e 21 do mês de Julho de 2023. Participaram, para além de mim, Margarida Figueiredo, os estudantes Chloe Roberts, Eduardo Pavez,

Mugdha Godbole, Olivia Branco, Gabriella Vitagliano, Aidan Henrikson, Alexander Kanyok, Gledis Dedaj, Earn Joo Park, Kirsten Terrill, Rodrigo Sanhueza, Brandon Coulter-Peterson, Julia Moroz, Luke Aloï, Mihaela Ionita, Marie Malinovska, Vivienne Colbert e Jakub Nicpon distribuídos por estas oito tardes de trabalho (Figuras 1 e 2).

II. Metodologia e estratégia da intervenção

A escavação de contextos funerários segue os mesmos critérios metodológicos e estratigráficos arqueológicos. Não obstante, foram adoptados procedimentos e instrumentos específicos. Para escavação e exumação destes restos osteológicos foram utilizados instrumentos de precisão como estiletos de madeira de pequeno diâmetro e pincéis vários.

Neste caso muito *suis generis*, os procedimentos foram os mesmos, com identificação das diferentes realidades e com a atribuição de Unidades Estratigráficas diferenciadas entre inumação [01], interface negativa [03], enchimento da sepultura [02], bem como o depósito cortado pela sepultura [04].

Numa primeira abordagem definiu-se o esqueleto. Posteriormente, com os vestígios osteológicos já totalmente expostos, procedeu-se ao registo fotográfico - geral, pormenores e ortogonal. Ainda antes da sua exumação iniciou-se o preenchimento da ficha antropológica de campo proposta por Santos e colaboradores (1991/1992) (Figura 3). Os elementos ósseos foram sendo levantados um por um e acondicionados separadamente, em sacos devidamente identificados com local de proveniência, unidade estratigráfica e designação dos mesmos.

Sempre que o estado de preservação do material ósseo o permitiu foram anotados, para além dos elementos relativos à orientação e posição de inumação, a estimativa da idade à morte, bem como, as medidas osteométricas relevantes, indícios patológicos e demais observações extraíveis e pertinentes.

Os restos osteológicos que se encontravam soltos no interior do contentor foram igualmente limpos, medidos, identificados e inventariados. No final, fez-se um inventário pormenorizado, com denominação, fragmentação, lateralidades, patologias/entopatias e caracteres discretos quando observáveis, com códigos de leitura e respectiva legenda (Anexo II).

Parâmetros bio antropológicos e patológicos

O estado de preservação e compleição dos ossos permitiu uma determinação da idade à morte, sem, no entanto, se conseguir uma segura identificação do sexo do indivíduo inumado. Foram ainda identificadas patologias mais evidentes nos dentes. No que respeita ao cálculo da idade à morte a classificação deste indivíduo teve por base a escala etária de Ferembach (et al. 1980), com ligeiras adaptações

Não-adulto: 0 – ±21 anos

Adulto: > ± 21 anos (processo de fusão epifisial quase concluído; dentição completa)

Neste caso específico, dentro da categoria dos não- adultos, foi possível afinar um intervalo de tempo mais preciso através da conjugação de vários processos: fusão das epífises, observação das suturas e/ou linhas epifisárias, desenvolvimento e erupção dentária. Nesta afinação da idade à morte foi possível estabelecer um indivíduo juvenil/adolescente.

O registo patológico incidiu na observação macroscópica do material aquando da sua exumação tendo ainda atenção à eventual presença de marcas antrópicas, e aos processos tafonómicos a que os ossos estiveram sujeitos. Neste caso específico o processo mais óbvio de alteração post- morte do esqueleto corresponde à presença de cola de contacto em muitos dos fragmentos ósseos, o que não é de estranhar, uma vez que sabemos terem sido alvo de exposição. Relativamente às patologias foram observadas a possível presença de marcas degenerativas articulares e não articulares (Crubézy et al., 1988), infecciosas, traumáticas e orais (Wasterlain, 2006), não deixando de identificar a presença de qualquer outra categoria patológica. Dada a idade jovem do indivíduo inumado não se observaram quaisquer patologias, com excepção da presença de tártaro. Para o presente relatório foi elaborada uma ficha de Excel fazendo coincidir o inventário completo dos ossos com toda a informação recolhida em campo, juntamente com as fotografias do esqueleto exumado (Anexos I e II).

III. Materiais

Os restos osteológicos, foram alvo de um sistema de inventário ainda em campo. Todos os dados obtidos e fotografias conseguidas correspondem apenas ao trabalho de laboratório

IV. Dados antropológico

SEPULTURA 1

À U.E [01] correspondia uma inumação primária de um não adulto/adolescente, conservada apenas na sua parte superior, ainda com fragmentos do crânio, tronco e membros apendiculares. A zona inferior do esqueleto terá sido cortada aquando da sua exumação. As razões deste corte são-nos desconhecidas, poder-se-á supor que provavelmente extravasavam os limites da sondagem aberta, não havendo oportunidade/cuidado de alargá-la para exumar o esqueleto completo (Figura 4 e 5).

Com a presença do crânio, do tronco e parte do esqueleto apendicular superior foi possível identificar uma orientação canónica para o período islâmico: NO (cabeça)→SE (pés), com a face virada para Meca (Este), consentâneo com a cronologia proposta na placa identificativa que acompanhava o enterramento – Séc. XIII d.C. e com a parca informação da nota informativa que afunila para a primeira metade deste mesmo século. Nesta posição de decúbito lateral direito os braços deste indivíduo encontravam-se flexionados num ângulo de 180º entre braço e antebraço, como assim o demonstram os úmero direito, cúbito e rádio esquerdos. As mãos, esquerda e direita encontravam-se ambas junto da face do indivíduo (Figura 5).

À medida que foi sendo definido o esqueleto, tornou-se cada vez mais evidente o corte no sedimento pré-existente, e a diferença com o enchimento da sepultura. Ao sedimento de enchimento, o qual foi sendo removido aquando da definição do esqueleto, atribuiu-se a U.E. [02]. Corresponhia a um depósito castanho claro, de matriz arenosa, com frequentes inclusões de saibro, fragmentos pétreos de pequenas dimensões. Surgia pouco compactado. A interface de corte – U.E. [03] – apresentava o que parece corresponder a uma morfologia rectangular, ovalada e estreita. O facto de surgir muito truncada não nos deixa margem de manobra para definir medidas e limites concretos. As paredes surgiam tendencialmente rectas para um fundo aplanado (Figura 6). Ao depósito cortado, pré-existente, atribuiu-se a U.E [04]: surgia com uma matriz areno-argilosa e uma coloração mais clara, de um castanho-amarelado. Foi posteriormente intervencionado.

Simultaneamente foram sendo limpos e inventariados os fragmentos ósseos presentes no interior do contentor, soltos. Os ossos em causa são fruto da constante transladação e deterioração da sepultura ao longo dos anos, coincidindo perfeitamente com as ausências encontradas na deposição primária intervencionada (Figura 7). No inventário (Anexo II) estão indicados os ossos em deposição primária e os demais encontrados na caixa.

Idade à morte

Na análise do esqueleto em causa foi possível chegar a uma proposta de idade à morte bastante fidedigna. Para tal foi observado uma conjugação de indicadores:

Comprimentos aproximados das diáfises dos ossos longos observados;

Tempos de fusão das epífises dos diferentes ossos presentes no crânio, tronco e esqueleto apendicular;

Observação dos dentes e sua formação/desenvolvimento.

A dentição definitiva encontrava-se quase completa, com a erupção e formação de todos os dentes, com excepção dos terceiros molares. Nenhum dos quatro terceiros molares aqui presentes se encontrava ainda erupcionado. Os molares superiores – 18 e 28 – surgiam inclusos, de coroa completa e raiz a 2/3. O desenvolvimento dos terceiros molares inferiores, surgiam, como é habitual, com um ligeiro avanço no

desenvolvimento, com uma raíz, ainda que incompleta, $\frac{3}{4}$ formada (Figuras 9 e 10).

Pela análise da tabela de Ubelaker (1992) a dentição corresponde a um jovem adolescente de cerca de 15 anos, com mais ou menos 30 meses de intervalo. Apesar da pouca idade foi ainda possível identificar linha de tártaro na superfície interior/lingual, comum aos incisivos inferiores esquerdos e ao incisivo central superior direito. Esta linha de tártaro era transversal aos molares da arcada inferior direita (Figuras 11 e 12). Não foram identificadas outras patologias dentárias o que, de certa forma, se conjuga com a sua tenra idade.

DENTIÇÃO			
Arcada superior direita		Arcada superior esquerda	
11	Presente. Tártaro superior, lingual.	21	Presente.
12	Presente.	22	Presente.
13	Presente.	23	Presente.
14	Presente.	24	Presente.
15	Presente.	25	Presente.
16	Presente.	26	Presente.
17	Presente.	27	Presente.
18	Presente. Incluso ainda, com coroa formada, sem raíz.	28	Presente. Incluso ainda, com coroa formada, sem raíz.
Arcada inferior direita		Arcada inferior esquerda	
41	Presente.	31	Presente. Tártaro superior, lingual
42	Presente.	32	Presente. Tártaro superior, lingual
43	Presente.	33	Presente.
44	Presente.	34	Presente.
45	Presente. Tártaro superior, lingual.	35	Presente.
46	Presente. Tártaro superior, lingual e interproximal	36	Presente.
47	Presente. Tártaro superior lingual e interproximal	37	Presente.
48	Não erupcionado. Com coroa formada, sem raíz.	38	Não erupcionado. Com coroa formada, sem raíz.

Tabela 1: Dentes presentes em deposição primária e no interior da caixa, com patologias associadas.

Na coluna vertebral, todas as peças in situ – C3 a T10 – encontravam-se fundidas, sem sinais patológicos evidentes macroscopicamente. As duas primeiras vértebras cervicais – atlas e axis – encontravam-se na caixa e surgiam igualmente fundidas e completas. Nas vértebras torácicas, apesar de todas as epífises fundidas, há ainda sinais muito óbvios das linhas epifisiárias, quer nos processos transversos, quer nos anéis superiores e inferiores dos corpos vertebrais (Figura 13 e 14). A fusão destes pontos de ossificação secundários acontece por volta dos 16-18 anos de idade (Scheurer e Black, 2004: 105), o que coincide com o intervalo etário da dentição.

Quanto à zona do tórax foi possível observar o esterno ainda por fundir, dividido em três partes distintas: manúbrio, corpo e apófise xifoide. Na parte do corpo são ainda bem visíveis as duas linhas epifisiárias. Este processo de fusão enquadra-se na faixa etária dos 15 aos 21 anos de idade (Scheurer e Black, 2004: 238) (Figuras 15 e 16). As costelas encontram-se completas com o processo de fusão quase completo, com excepção dos centros de ossificação secundários nos processos articulares posteriores que ainda não estão presentes, indiciando um intervalo consentâneo -17-25 anos.

Com a medição da diáfise da clavícula direita – 127mm – conseguiu-se uma aproximação entre os 15 e os 16 anos de idade à morte (Black e Scheurer, 1996). A epífise proximal encontra-se já com a placa formada, mas não fundida. A epífise distal ainda não se encontra fundida. Estes dois processos de fusão completa das extremidades das clavículas são os mais tardios, surgindo entre os 19 e os 30 anos de idade (Figuras 17 e 18).

Na escápula direita o processo de fusão é também claramente incompleto: encontram-se por fundir as epífises acromial, coracóide e sub-coracóide. Na escápula esquerda são ainda visíveis as linhas epifisiárias da cavidade glenoide e apófise coracóide (Figura 19).

Das observações do esqueleto apendicular foram aferidas algumas ilações, nomeadamente no úmero direito. Apesar de fragmentado, sem a última parte da diáfise e já sem epífise distal, contabilizou-se um comprimento máximo – com epífises – superior a 210mm. Das medidas conseguidas do úmero esquerdo (268mm) – já fora de sítio – foi possível aferir uma idade à morte superior a 13 anos (Maresh, 1960). Esta medida aliada ao facto de as epífises não estarem ainda fundidas indiciam o intervalo mais lato entre os 14 e os 21 anos de idade à morte (Figura 20).

O processo ainda inacabado da fusão da epífise distal do rádio esquerdo, apontam igualmente para um intervalo etário entre os 14 e os 19 anos de idade à morte (Scheurer e Black, 2009) (Figura 21)

Na formação e boa identificação de todos os carpos completos, foi possível aferir uma idade à morte superior aos 12 anos de idade (Birkner, 1978) (Figura 22). A presença dos metacárpicos com as epífises proximais completamente fundidas, já sem sinais da linha epifisiária, mas ainda sem epífises distais, apontam para este mesmo intervalo (Figura 23 e 24) (Birkner, 1978; Scheurer e Black, 2004).

Diagnose Sexual

Os caracteres dimórficos em não adultos são sempre muito difíceis de identificar, pelo simples facto de nenhum dos ossos ter atingido ainda a sua maturação completa. Este fenómeno é especialmente evidente nos ossos mais dimórficos do crânio e da bacia.

Tendo em conta esta dificuldade e o facto de a criança aqui presente se encontrar muito incompleta, podemos apenas aferir que a maioria das características encontradas nos apontam para um indivíduo feminino. Sendo esta afirmação um mero exercício de lógica e nunca interpretado enquanto afirmação categórica.

No crânio, as tendências muito verticais do osso frontal (Figura 25), juntamente com uma apófise mastóide muito pequena e com uma gracilidade geral evidente, sugerem um indivíduo feminino (Figura 26). Da mesma forma os ossos dos braços e antebraços presentes parecem ser muito gráteis.

Apesar da epífise proximal se encontrar ainda em processo de fusão, aferiu-se o diâmetro vertical da cabeça do úmero direito: 37mm, medida indicadora de um indivíduo do sexo feminino (Wasterlain, 2000), coincidente com a medida dimórfica da altura da cavidade glenóide- 35mm.

V. Conclusões

Após quase quatro décadas passadas da escavação desta sepultura, foi finalmente possível enquadrá-la e restituir-lhe uma identidade perdida. A lenda da Moura Salúquia será com certeza uma hipérbole, mas da análise antropológica podemos determinar um indivíduo não-adulto/adolescente, com um intervalo etário entre os 15 e os 17 anos de idade à morte, de possível identificação feminina. Não foram registadas quaisquer doenças passíveis de identificar uma provável causa de morte, podendo ter padecido de uma doença sem expressão osteológica.

As perguntas importantes mantêm-se: o que faz um enterramento de época islâmica no interior ou muito perto da Torre de Salúquia. Estaria isolada ou haverá mais enterramentos associados a este? O que será feito do restante esqueleto? Seria interessante fazer umas sondagens de diagnóstico e perceber se há de facto um novo núcleo de necrópole neste grande espaço do interior do castelo.

A escavação e identificação em laboratório deste indivíduo, com uma equipa internacional de estudantes, foi um sucesso. Pelo que se propõe a continuidade de projectos e parcerias como esta, de forma a estudar e inventariar coleções antigas, colmatando assim possíveis ausências de estudos mais aprofundados sobre o que já foi intervencionado. Sugerimos ainda possíveis intervenções na zona do Castelo, de forma a responder a muitas das perguntas que carecem de resposta, nomeadamente no que diz respeito à utilização e organização do espaço intra-muros enquanto espaço de sucessivas necrópoles ao longo dos tempos.

ANEXO I



Figura 1-Início dos trabalhos com os diferentes grupos de alunos.



Figura 2 -Início dos trabalhos com os diferentes grupos de alunos:Limpeza e registo da inumação.

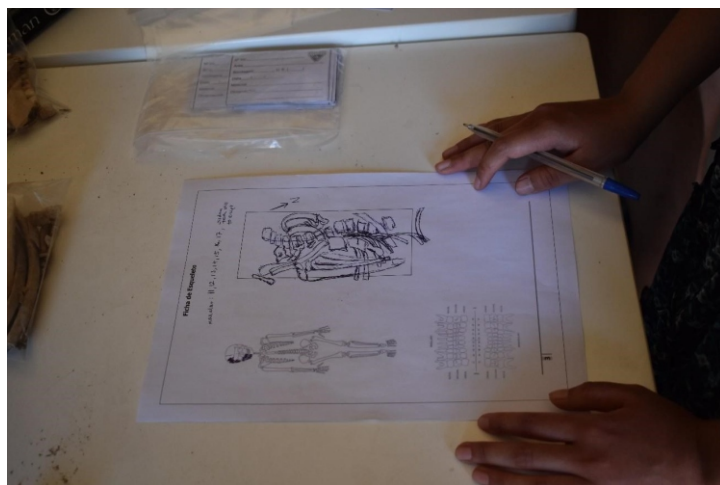


Figura 3 -Preenchimento da Ficha Antropológica. (Santos e colaboradores 1991).



Figura 4 - Plano inicial da sepultura encontrada, anterior à definição e limpeza da inumação.



Figura 5 - Inumação primária [01]. Plano inicial.



Figura 6 - Final dos trabalhos com a presença da interface negativa [03] e o sedimento **cortado**, [04].



Figura 7 – Caixa azul, com os restos osteológicos em falta na inumação primária. Trabalhos de identificação



Figura 8 - Inumação primária, pormenor de parte da mandíbula e maxilar. Arcadas direitas.

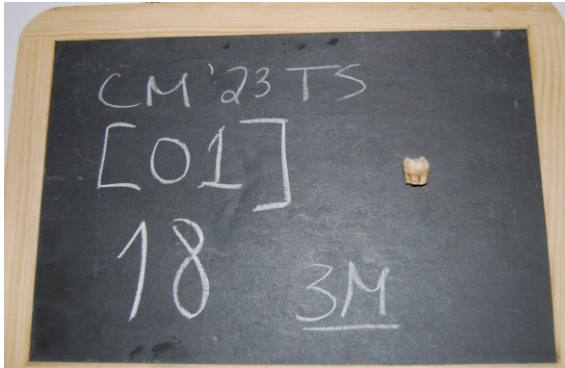


Figura 9 – Terceiro molar superior direito, com raiz incompleta



Figura 10 - Arcada do maxilar esquerdo, com terceiro molar ainda incluso.



Figura 11 - Incisivos com marcas de tártaro na sua superfície lingual.



Figura 12 - Fragmento de mandíbula direita, com uma suave linha de tártaro nos pré-molares. Superfície lingual.



Figura 13 - Vértebra T5 com discos com anel no corpo vertebral ainda bem visível.



Figura 14 - Vértebra T7 com linha epifisiária ainda bem visível no processo transverso.



Figura 15— Indivíduo [01], pormenor do tórax.



Figura 16 - Pormenor do esterno ainda por fundir e com as linha epifisiárias ainda bem visíveis.



Figura 17 - Epífise proximal da clavícula esquerda, com placa formada mas não fundida.



Figura 18 - Epífise distal da clavícula esquerda, ainda sem processo de fusão.



Figura 19 - Escápula esquerda, com linhas epifisiárias ainda bem visíveis.



Figura 20 - Úmero direito, com apófise proximal ainda por fundir.



Figura 21 - Rádio esquerdo, com epífise distal ainda por fundir.



Figura 22 - Oito ossos cárpicos da mão esquerda.



Figura 24 -Falanges da mão esquerda, com linhas epifisiárias bem visíveis .



Figura 23 - 2º e 3º metacárpicos esquerdos, sem epífises distais presentes.



Figura 25 - Calote craniana, com evidências de cola de contacto, fruto da reconstituição do esqueleto ainda na década de 80.Encontrada na caixa de ossos dispersos



Figura 26 - Fragmento de temporal direito, com apófise mastóide muito feminina.

ANEXO II

UE [01], SEP 1 CM'23 TS									
Nº	osso	LAT.	presença/frag	medidas/outras	Nº	osso	LAT.	presença/frag	medidas/outras
1	crânio	-	1 fragm	suturas bem visíveis mas fundidas. Características femininas	45	costelas	dir	1 fragm	ausência da 12ª
2	mandíbula	-	1 fragm		46	costelas	esq	6 fragm	-
3	clavícula	dir	1	sem fusão epif compl. CMD126mm	47	esterno	-	1 fragm	manúbrio + corpo+xifoide por fundir
4	clavícula	esq	1 mto fragm	-	48	vértebras cervicais	-	1 mto fragm	C3 a C7 in situ. Atlas e Axis na caixa
5	escápula	dir	1 fragm	ACG35mm, linha epifisiária bem visível	49	vértebras torácicas	-	1 mto fragm	T1 a T11
6	escápula	esq	6	fossa glenoide, acromio. Epífises fundidas mas bem visíveis: subcoracoide e glenoide					
7	úmero	dir	2	ep prox n fundida CMD>210mm					
8	úmero	esq	3 fragm	CMOobservado268mm; linha epifi bem visível epicondilo mesial; gracilidade; abertura septal					
10	rádio	esq	3	ep dist n fundida CMOobserv143mm					
12	ulna	esq	6	diáfise fragm					
14	semilunar	esq	1	-					
16	escafoide	esq	1	-					
18	piramidal	esq	1	-					
20	pisiforme	esq	1	-					
22	hamato	esq	1	-					
24	capitato	esq	1	-					
26	trapézio	esq	1	-					
28	trapezoide	esq	1	-					
32	2º metacárpico	esq	1	ep distal n fundida; ep prox fundida; CMD+ep prox 61mm					
34	3º metacárpico	esq	1	ep distal n fundida					
40	falanges prox	esq	1 (1*flg)	epífises fundidas. Linha ep visível					
42	falanges interm	esq	1 (4 flgs)	linhas epifisiárias visíveis					
44	falanges dist	esq	1 (1*flgs + 3)	-					

UE [01], SEP 1 CM'23 TS		
Inventário dos ossos soltos e caídos no interior do contentor		
1	Calote craniana	Frontal muito feminino; sutura metópica visível mas fundida; parietais fragmentados suturas sagital e coronal bem visíveis mas fundidas. ossos de nariz colado, nasais marcas de cola.
2	Parietal direito.	Fragmento. Sutura para occipital e temporal. Suturas bem visíveis (cola com calote, alias já esteve colada).
3	Occipital	Fragmento. Com fossa condilar, côndilos ambos, crista occipital. Esfeno-occipital.
	Temporal	Fragmento. Pequeno e bicudo.
4	Temporal esq. Fragm	Fragmento de Pars Squama
6	Fragmento de orbita	
	Maxilar esquerdo	Fragmento com 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 incluso. Sem patologias associadas.
7	Mandíbula esq	Fragmento colado, com dentes 34, 35, 36 e 37. Buraco de inclusão do 38, já sem dente. Soltos surgem o 33 e 32, já com marcas de tártaro na na CEJ lingual (foto)
	Esfenoide	Fragmento.
9	Atlas	
	Axis. Completo	
11	Escápula esq	Fragmento.
	clavícula esq	Fragmento.
13	úmero esq	Fragmento.

LEGENDA				
Osso			Presença/Fragmentação	
falanges prox	falanges proximais		1	completo
falanges interm	falanges intermédias		2	Epífise Proximal + Diáfise
falanges dist	falanges distais		3	Diáfise + Epífise Distal
			4	Epífise Proximal
LAT. Lateralidade			5	Epífise Distal
DIR	Direita		6	Diáfise
ESQ	Esquerda		6.1	1/2 Diáfise
IND	Indeterminada		6.2	1/3 Diáfise
-	sem lateralidade		6.3	1/5 Diáfise
			7	Fragmento
medidas/outras			mtto fragm	Muito fragmentado
ACG	Altura da Cavidade Glenoide		vários frags	Vários fragmentos
LBA	Largura Biarticular		chanfra.ciat	Grande Chanfradura Ciática
LM	Largura Máxima		tuber isqu.	Tuberosidade isquiática
LE	Largura epicondiliana		flgs	Falanges
CM	Comprimento Máximo			
AM	Altura Máxima			
CMD	Comprimento Máximo da Diáfise			
AI	Altura ilíaco			
CI	Comprimento ilíaco			
ØAPbn	Diâmetro antero posterior ao nível do buraco nutritivo			
ØV	Diâmetro Vertical			
	ossos soltos na caixa			

Bibliografia

BIRKNER, R. (1978) - Normal Radiographic Patterns and Variances of the Human Skeleton _ An X-ray Atlas of Adults and Children. Baltimore (Munich): Urban and Schwarzenberg.

BUKSTRA, J; UBELAKER, D.H. (1994) - Standards for data collection from human skeleton remains. Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History organized by Jonathan Hass. Arkansas Archaeological Survey Research Serie nº44, Indianapolis.

COX, M. (2000) - Ageing Adults from the Skeleton. In Human Osteology in Archeology and Forensic Science, Greenwich Medical In: M. Cox and S. May, Editors.

FAZEKAS, I.G.; KÓSA, F. (1978) - Forensic Fetal Osteology. Budapest: Akadémiai Kiado.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I. e STOUKAL, M. (1980) - Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. Journal of Human Evolution, 9: 517-549.

MACIAS, Santiago, GASPAS, Vanessa, VALENTE, José, (2016), Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013, 2 vols, Câmara Municipal de Moura.

MACLAUGHLIN, S. M. (1990) - Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern Portuguese skeletal sample. Antropologia Portuguesa, 8: 59-68.

SANTOS, A. L.; CUNHA, E.; DÂMASO, N.; MARRAFA, C. (1991/1992) - Ficha antropológica: a utilizar na escavação. Antropologia Portuguesa, 9-10:67.

SANTOS, C. M. (2001) - Estimativa da estatura a partir dos metatársicos. Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre em medicina Legal.

SAUNDERS, S. R. (1978) - The development and distribution of discontinuous morphological variation of the human infracranial skeleton. Thesis for the degree of Philosophy- University of Toronto. Ottawa, National Museums of Canada (Archeological Survey of Canada; 81).

SCHAEFER, M; BLACK, S; SCHEUER, L. (2009) – Juvenile Osteology. A Laboratory and Field Manual. Elsevier, Academic Press.

SCHEUER, L; BLACK, M. (2004) – The Juvenile Skeleton. Elsevier Academic Press.

UBELAKER, D. (1989) - Human Skeletal Remains: excavation, analysis, interpretation, 2nd ed. Washington, Taraxacum Washington. (Manuals on Archaeology;2).

WASTERLAIN, S.N. (2000) - Morphé: análise das proporções entre membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da coleção de esqueletos identificados do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

WASTERLAIN, S. (2006) - “Males” da Boca. Estudo da patologia oral numa amostra das coleções osteológicas identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. Dissertação de Doutoramento.

WHITE, T. (2000) - Human Osteology. 2nd ed. San Diego, Academic Press.

Umas
Eleições atribuladas.
As eleições
administrativas de 1922
no
Concelho de Moura

Arlindo Manuel Caldeira

Marcadas em Maio de 1922, as eleições autárquicas, nessa altura chamadas eleições administrativas, realizaram-se no dia 12 de Novembro. Na ocasião, o jornal *O Século* escrevia: “As eleições administrativas que hoje se realizam e que, em Lisboa e noutros pontos do País, são disputadas por inimigos, descobertos ou encobertos, do régimen, não carecem que lhes acentuemos a extraordinária importância”¹.

Os “inimigos do régimen” denunciados pelo diário lisboeta eram, obviamente, os monárquicos que, nesse ano, se apresentaram às eleições em diversos concelhos, de forma expressa ou sob capas diversas. Mas, paralelamente, uma outra luta se travava na maioria dos municípios: blocos partidários, por vezes muito heterogéneos (com ou sem monárquicos), tinham-se formado com o objectivo de derrotar o Partido Democrático, hegemónico em quase todo o País. Como veremos a seguir, o concelho de Moura é um bom exemplo desse confronto.

Situação política geral

O Partido Republicano Português (PRP), que liderara o processo que levou, em 1910, ao fim do regime monárquico, sofreu, logo em 1912, uma primeira grande cisão, de que resultaram, além da manutenção do PRP (mas que passou a ser conhecido como Partido Democrático) dois novos partidos mais à direita: o Partido Evolucionista Português (chefiado por António José de Almeida) e a União Republicana (liderada por Brito Camacho). A tentativa das duas novas organizações de formarem uma plataforma unida, capaz de disputar a hegemonia instalada dos “democráticos”, só se concretizou em 1919, já sem os seus fundadores, dando origem ao frágil Partido Liberal Republicano, que sofrerá várias cisões e acabará por dissolver-se, gerando o Partido Nacionalista, formação a que se juntaram vários dignitários do PRP, mas sem resultados significativos.

A facilidade com que se organizavam e se dissolviam novos partidos afectou pouco ou favoreceu o Partido Democrático que, com uma rede sólida de caciques, muitos deles velhos republicanos outros meros oportunistas radicalizados (“adesivos” ou “videirinhos”, dizia-se então), conseguiu, excepto por curtos períodos, manter-se no poder e ir vencendo, com maiorias absolutas, os diferentes actos eleitorais a nível nacional. Só entre 1920 e 1925 não obteve maioria absoluta, o que não o impediu de ter um pé no governo, e acabou por recuperar a maioria nas eleições de Dezembro desse último ano. Isso não significava que o partido manifestasse uma robustez inabalável, pois esteve sujeito a frequentes cisões, dissidências e incompatibilidades pessoais.

¹ O Século, 12 de Novembro de 1922.

A sua manutenção no poder deveu-se, em grande parte, a formas de patrocínio político e a relações clientelares próximas daquelas que o Partido Republicano tinha criticado e combatido na fase final da Monarquia. Na comunicação com os eleitores, a promessa republicana do sufrágio universal nunca foi concretizada e, pelo contrário, o corpo eleitoral era bastante restrito, o que era ainda agravado por uma participação eleitoral, de uma forma geral, bastante limitada².

O desinteresse do eleitorado e a crise de participação devia-se, em boa parte à falta de resultados da acção governativa em que o executivo, depois da azáfama legislativa dos primeiros meses da República, se deixara cair num ambiente de enorme fragilidade e instabilidade, em que pouco mais era possível do que uma administração de perdas e danos com fraquíssimos resultados práticos, pouco empenhada em estratégias para desenvolvimento do País e preocupada, antes de mais, com os resultados eleitorais, em muitos locais obtidos a qualquer preço. A complicar as coisas, o clima geral era de violência política e social, o que ameaçava constantemente a ordem pública e dificultava ainda mais qualquer política reformista.

Entre a burguesia, quer a urbana quer a dos grandes e médios agrários, a popularidade do Partido Democrático não era grande ou estava, no início dos anos 20 do século passado, em queda muito acentuada³. O que, naturalmente, se reflectia nas eleições locais.

As eleições administrativas

A Câmara Municipal (ou Senado Municipal) era eleita por três anos e era constituída por um número de vereadores que variava com a classificação do concelho, estabelecida de acordo com o número de habitantes. Os “concelhos de 3ª ordem”, grupo onde se incluía o concelho de Moura, elegiam 12 vereadores efectivos⁴. Os vereadores eleitos, que constituíam um órgão deliberativo, elegiam entre si a Comissão Executiva, o órgão executivo do concelho⁵.

Nas eleições para os cargos administrativos, como nas eleições legislativas, podiam votar “todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que saibam ler e escrever e residam no território da República Portuguesa”⁶. O universo dos eleitores ficava

² Manuel Baião, “A administração e o poder local na transição da I República para a Ditadura Militar”, Revista de Administração Local, nº 180, Nov./Dez. 2000, p. 780.

³ Para desenvolvimento dos temas desta secção, ver Manuel Baião, Elites políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926), Lisboa, Edições Cosmos, 2000; Manuel Baião, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte”, In Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2004, pp. 15-48; Fernando Farelo Lopes, Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; António José Telo, Primeira República II. Como cai um regime, Lisboa, Editorial Presença, 2011.

⁴ A classificação dos concelhos foi estabelecida pela Lei nº 1328, de 26 de Agosto de 1922.

⁵ Manuel Baião, “A administração e o poder local na transição da I República para a Ditadura Militar”, Revista de Administração Local, nº 180, Nov./Dez. 2000, p. 778.

⁶ Jaime Arthur da Motta, Manual das Eleições dos Corpos Administrativos, Coimbra, França Amado Editor, 1917, p. 3.

assim muito reduzido, redução que podia ainda ser, e muitas vezes era, agravada, como já dissemos, pelo desinteresse pelo recenseamento e, sobretudo, pela abstenção no próprio acto eleitoral.

Vejamos o que acontecia no concelho de Moura por ocasião das eleições administrativas de 1922.

O concelho tinha, segundo o Censo de 1920, 21 400 habitantes, dos quais 11 370 eram maiores de 21 anos, logo potenciais eleitores. Só que 5 670 dessas pessoas eram mulheres, pelo que estavam impedidas de ir às urnas. Ficavam 5 700 homens adultos, mas, destes, só 1725, pouco mais de 30%, sabiam ler e escrever⁷, sendo, portanto, os únicos que podiam fazer parte do corpo de eventuais votantes. Em Moura, em 1922, estavam recenseados 1303 eleitores, o que constituía apenas cerca de 11,5% da população maior de 21 anos.

Esses 1303 eleitores distribuíam-se assim: freguesia de Santo Agostinho: 207; São João Batista: 281; Póvoa [de São Miguel]: 89; Amareleja: 228; Santo Amador: 47; Safara: 111; Sobral [da Adiça]: 153; Santo Aleixo [da Restauração]: 187⁸.

Dos eleitores de Santo Aleixo, recolhemos as profissões. Que se agrupavam assim: seareiros 69; jornaleiros, 53; sapateiros, 11; comerciantes, 9; ferreiros/ferradores, 9; proprietários, 8; carpinteiros/abegões, 7; guarda fiscais, 5; pedreiros, 3; barbeiros, 2; professor primário, 1; outros, 11⁹. Embora haja um número significativo daqueles que são designados por jornaleiros, não erraríamos muito se disséssemos que a maioria é constituída por pequenos e médios proprietários, juntamente com os comerciantes e os homens dos ofícios, os quais formavam, no seu conjunto, o grupo minoritário com alguma literacia.

No concelho de Moura, o Partido Democrático dominava a Câmara Municipal desde a mudança de regime. As eleições de 1919 não tinham sido excepção, pelo que, nas vésperas de novo acto eleitoral, eram os “democráticos” que ocupavam as cadeiras da autarquia, sob a presidência do dr. Francisco Limpo de Lacerda. A persistência do poder “democrático” e, eventualmente, a menor eficácia no desempenho das respectivas funções, tinham levado ao crescimento da oposição, que, como já veremos, tinha no Jornal de Moura o seu principal porta-voz e que era violentamente crítico da acção do executivo camarário. Praticamente desde a fundação do referido jornal, em 1920, não havia número que não trouxesse notícias ou comentários, mais sérios ou mais satíricos, contra a actuação da câmara “democrática”. Uma afirmação recorrente era a de que a “hoste dominante na funesta passagem pelas cadeiras do município” mais não tinha feito do que o “calçetamento e canalização dalgumas ruas onde moram os mais cotados vereadores e a limpeza de alguns poços”¹⁰.

⁷ Embora todos os números indicados se baseiem nos dados do Recenseamento Geral da População de 1920, têm de ser considerados aproximados.

⁸ Arquivo Municipal de Moura, Secção H (Eleições), 001, Recenseamento Eleitoral de 1920 a 1922, fl. 90v.

⁹ Arquivo Municipal de Moura, Ibidem, fls. 84-90.

¹⁰ Jornal de Moura, 17 de Setembro de 1922.

O Partido Democrático, embora com votações expressivas também noutras das freguesias do concelho, só assim podendo garantir a vitória eleitoral, tinha em Santo Aleixo, tradicionalmente, o seu grande baluarte, vencendo aí todas as eleições por larga maioria. É duvidoso que as razões para essa opção política fossem puramente ideológicas, até porque, nesse campo, não havia grandes diferenças entre os partidos republicanos. Entre os factores da escolha, havia, por um lado, a influência das relações clientelares: o dr. Paulo de Lacerda, deputado por Moura e chefe dos “democráticos” na vila, era consideradíssimo em Santo Aleixo, o que ele, naturalmente, retribuiria prestando favores. Ainda há poucas décadas se contavam na aldeia histórias mais ou menos picarescas do “Dr. Paulo”, que era tido, por algumas mães de família, como “o pai dos nossos filhos”, talvez por tê-los livrado, digo eu, das agruras da tropa ou de outro qualquer mau passo¹¹.

Havia ainda outra razão para a fidelidade partidária dos santo-aleixenses. Nos limites da freguesia havia a extensa e relativamente fértil propriedade da Contenda, que era administrada pela Câmara de Moura “democrática”, a qual a arrendava em exclusivo, por um preço propositadamente baixo, não sei se no todo ou em parte, à Junta de Freguesia de Santo Aleixo, que, por sua vez, subarrendava lotes da mesma a muitos habitantes da aldeia. Eles e as suas famílias dificilmente quereriam perder essa benesse, numa época de evidente “fome de terra”.

O representante do Partido Democrático em Santo Aleixo era Clodoveu António Caldeira, fervoroso republicano, e, mais tarde, anti-salazarista convicto, conhecido localmente como “Caldeira das gasosas”, por ter introduzido na terra o fabrico desse refresco.

A imprensa partidária local e as eleições de 1922

O Jornal de Moura iniciou a publicação em 5 de Dezembro de 1920, intitulando-se “semanário independente e regionalista”. Saía aos domingos e tinha como director Rodrigo A. Pimenta, como editor José Godinho Cunha e como administrador José A. Manta.

A orientação política que subjaz à publicação do jornal e que é claramente anti-democrática (anti-Partido Democrático, entenda-se), vai-se tornando mais evidente à medida que o tempo avança. Por exemplo, em artigo de fundo do número de 30 de Julho de 1922, intitulado “Caminho que se impõe servir”, escreve-se: “A improficuidade da orientação política local está demonstrada. Fez-se modo de vida das funções públicas a que a política guinda os homens, e desde que assim acontece, nada há a esperar dela,

¹¹ Paulo Limpo de Lacerda era licenciado em Direito e grande proprietário. Era filho de Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda, que, em 1850, comprou a Herdade das Altas Moras, tendo sido, em 1875, agraciado pelo Rei D. Luís, com o título de visconde de Altas Moras. O filho foi deputado pelo círculo de Beja, pelo menos durante uma legislatura, e exerceu, em Moura, as funções de juiz substituto.

que só trata de afilhados, que só cuida de interesses puramente pessoais e vota ao mais revoltante dos desprezos as regalias de um povo que se agita por temperamento, mas que amanhã se pode convulsionar por necessidade”.

E, num outro artigo de primeira página, dava sinais de querer enveredar por uma intervenção política mais activa: “Se a corrente política contrária à actual situação não sair do indiferentismo a que se votou e não agir de uma maneira hábil, indicando ao povo a exploração de que está sendo vítima e do pouco respeito que há pelos seus interesses, Moura e o seu concelho continuará (sic) sendo um feudo de meia dúzia de maus homens que se dizem políticos”¹².

À medida que se aproximavam as eleições de Novembro passou a defender-se a necessidade e a possibilidade de uma alternativa ao poder instalado, mesmo que fosse necessário aliar-se com os inimigos da véspera.

É assim que se publica, em 6 de Agosto de 1922, um artigo, sempre na primeira página, intitulado “Monárquicos e republicanos”. Nele, o jornal diz-se republicano, mas pede união: “Unamo-nos todos e limpemos a sociedade desse grande cancro [dos que exploram a sociedade] e depois conciliemos os espíritos e estabeleçamos o régimen que mais convenha”¹³.

Finalmente, em 24 de Setembro do mesmo ano, dava notícia da concretização do sonho de uma ampla plataforma contra os “democráticos” e proclamava com grande destaque gráfico:

“Moura e o seu concelho ressurgem!”.

“Acaba de se fundar nesta vila o Centro Regionalista Independente de Moura. Esta organização tem por fim lutar dedicada e honestamente pelo engrandecimento da nossa região. Para o fazer concorrerá às urnas nas próximas eleições administrativas, apresentando ao sufrágio nomes dos de maior valor representativo e autoridade moral do nosso concelho. Cidadãos honestos e amigos da vossa região, informai-vos pelo nosso jornal do incremento que tem tomado esta valiosa iniciativa e acorrei a inscrever-vos no Centro Regionalista Independente de Moura”¹⁴.

A primeira sessão pública da nova organização, tinha tido lugar a 17 de Setembro, no Teatro Caridade, presidida por Miguel Pedro Fialho Pinto, secretariado por José Godinho Cunha. Falaram, perante a “numerosa e selecta assistência”, o Dr. António Fialho Pinto, Rodrigo Pimenta (director do Jornal de Moura), Álvaro Mendes Fialho e José Joaquim Barão¹⁵.

Dias depois apresentava-se a lista dos doze vereadores efectivos e dos doze suplentes, que era encabeçada por Miguel Pedro Fialho Pinto, proprietário; António Fialho Barreto, proprietário; António José

¹² Jornal de Moura, 30 de Julho de 1922.

¹³ Jornal de Moura, 6 de Agosto de 1922.

¹⁴ Jornal de Moura, 24 de Setembro de 1922.

¹⁵ Ibidem.

da Guarda Ximenes de Negreiros, proprietário; Joaquim António Vidigal da Gama, proprietário e comerciante; e Mário Jorge da Gama Pinto, proprietário e cirurgião dentista¹⁶.

Ao mesmo tempo que o Jornal de Moura participava, de forma cada vez activa, no processo que levaria às eleições administrativas de Novembro, também os “democráticos” não estavam parados no esforço de propaganda através da imprensa.

Em 31 de Agosto de 1922 começou a publicar-se, em Moura, um outro semanário, O Popular. Sucedia, recuperando até a sua numeração, a outro hebdomadário local, O Imparcial. Como director e proprietário do novo periódico aparecia Ilídio Perfeito¹⁷ e como administrador José Pedro Alves.

O novo jornal publicaria apenas 13 números, o último dos quais em 25 de Dezembro de 1922, o que, além da eventual falta de apoio financeiro, mostra que a sua publicação se dirigira sobretudo para a campanha das eleições marcadas para Novembro desse ano.

As diatribes com o Jornal de Moura eram constantes, embora fosse no Jornal de Moura que os ataques ao seu concorrente fossem mais contundentes, não poupando mesmo a vida pessoal do director de O Popular, que, na linguagem mais contida, era acusado de ser um “escroque”.

Na luta política, ao mesmo tempo que o Jornal de Moura anunciava a formação do Centro Regionalista Independente de Moura, O Popular partia de princípio de que na nova formação existiam monárquicos e respondia com grande destaque: “Traição. O Partido Liberal de Moura atraído a República”¹⁸.

Já em Novembro, o jornal passou a apelar directamente ao voto. Em 2 desse mês, titulava a toda a largura da 1ª página: “Republicanos às Urnas”. E explicava: “No próximo dia 12 realiza-se a eleição das Câmaras Municipais. Vai a República travar nesse dia uma batalha de que precisa de sair triunfante em toda a linha, derrotando os monárquicos que, sob habilidosos disfarces, pretendem apossar-se dos corpos administrativos”¹⁹.

No número seguinte publicava a lista dos 12 candidatos a vereadores e dos 12 substitutos e apelava a uma “vitória esmagadora”. Os cinco nomes que encabeçavam a lista eram os seguintes: Dr. Paulo Pinto de Lacerda, proprietário e advogado; Dr. Marcelino Fialho Gomes, proprietário e oficial do Registo Civil; José Maria Gonçalves Perfeito, proprietário e comerciante; Jacinto Apóstolo Lebre, proprietário; e Sebastião Garradas Domingues, farmacêutico²⁰.

¹⁶ Jornal de Moura, 29 de Outubro de 1922.

¹⁷ Ilídio Augusto Valente Perfeito, jornalista e escritor, foi candidato ao lugar de bibliotecário da Biblioteca Municipal de Moura, aberto por concurso publicado no Diário do Governo de 27 de Abril de 1922.

¹⁸ O Popular, 22 de Outubro de 1922.

¹⁹ O Popular, 2 de Novembro de 1922.

²⁰ O Popular, 9 de Novembro de 1922.

As eleições de 12 de Novembro de 1922

Em 12 de Novembro de 1922, como estava previsto, abriram em todo o País as urnas para as eleições administrativas.

No concelho de Moura havia apenas três assembleias de voto: uma em Moura, onde votavam os eleitores da vila e os de Santo Amador; outra na Amareleja onde votavam, além dos da terra, os recenseados na Póvoa; a terceira em Santo Aleixo, para os votantes da aldeia mais os das freguesias de Safara e do Sobral. Devido à fidelidade dos votantes de Santo Aleixo ao Partido Democrático, os partidos da oposição afirmavam que a escolha dessa freguesia para sede da assembleia de voto tinha sido uma manobra do partido no poder. A verdade é que era aí que se reunia o maior o número de votantes recenseados, o que terá sido decisivo para a preferência, mas, não tenhamos dúvidas, até isso era susceptível de manipulação²¹.

No primeiro número após as eleições, o Jornal de Moura embandeirava em arco, titulando a toda a largura da primeira página: “A lista apresentada ao sufrágio das urnas pelo CRIM [Centro Regionalista Independente de Moura] alcançou uma vitória retumbante, vencendo a lista democrática por esmagadora maioria!”.

E acrescentava, ainda de forma destacada, a bold: “O eleitorado cónscio do grande dever cívico que tinha a cumprir, acorreu a salvar das mãos de uma oligarquia inqualificável a nossa terra e a nossa região, votando nos candidatos regionalistas, garantia máxima da boa administração municipal. Triunfou a razão e a justiça! Foi esmagado o egoísmo sórdido dos pseudo-democráticos! (...) Viva a Liberdade! Viva a emancipação do povo laborioso do concelho de Moura!”²².

Os “regionalistas” tinham vencido nas assembleias de Moura e da Amareleja, mas ainda faltavam os resultados de Santo Aleixo, onde as eleições tinham sido anuladas. O jornal dos “democráticos” de Moura, O Popular, embora pouco entusiasmado com o balanço geral do escrutínio, não deixava de intitular o destaque da primeira página: “Até ao lavar dos cestos...”. E uma local, ainda na primeira página, tinha o título: “O excesso de foguetes”²³.

Que acontecera afinal em Santo Aleixo?

Fundindo as notícias do Jornal de Moura e de O Popular (nem sempre coincidentes) com outras fontes menos loquazes podemos ter, talvez, uma versão aproximada do que ocorrera.

²¹ De qualquer forma, o dia das eleições devia ser sentido, na aldeia, como um dia especial. Na minha infância e adolescência, já com o regime autoritário há décadas instalado no poder, ainda pôr uma indumentária mais cuidada era considerado como “pôr o fatinho das eleições”.

²² Jornal de Moura, 19 de Novembro de 1922.

²³ O Popular, nº 11, 23 de Novembro de 1922.

O jornal O Século, em notícia enviada de Moura no dia 12, mas só publicada a 14, não podia ser mais lacónico: “Consta haverem-se dado acontecimentos graves na assembleia de Santo Aleixo. Partiu para lá uma força de cavalaria da GNR sob o comando de um cabo”²⁴.

Sabemos mais do que isso. O escrutínio decorreu, ao que parece, com normalidade, ainda que o ambiente na aldeia fosse tenso e pouco amistoso em relação a alguns votantes das freguesias vizinhas. As urnas encerraram ao pôr do Sol, mas a contagem dos votos foi deixada (por sugestão dos “democráticos”) para o dia seguinte, sendo as urnas seladas. Entretanto chegara já a Santo Aleixo a força da GNR a que se referia a notícia de O Século e seria ela a assegurar, pelo menos teoricamente, a segurança de todo o processo.

Na manhã seguinte, quando se procedia finalmente à contagem dos votos, a mesa dividiu-se sobre a aceitação ou não de um dos boletins. Os ânimos exaltaram-se e a confusão instalou-se²⁵. Em condições que conhecemos mal, o delegado “regionalista”, vindo de Moura (?), António Jacinto Vidigal, puxou de uma pistola e disparou um tiro para o ar. Se a intenção era acalmar a agitação instalada, o resultado foi o contrário. A sala onde se realizava o escrutínio encheu-se de gente, o tumulto generalizou-se e não tardou a que as urnas fossem pelos ares, espalhando os boletins de voto pelo chão da sala. Embora não se perceba porquê, a presença da força da GNR não serviu para evitar nada do que aconteceu e, impotente, o presidente da assembleia eleitoral, Francisco de Paula Franco, não teve outra alternativa senão dar o escrutínio por anulado²⁶.

Segundo os “regionalistas” os culpados de tudo tinham sido os “democráticos”, os quais, “num arranque agónico e derradeiro” quando “perceberam que não tinham naquela assembleia a votação que esperavam, depois de saírem da sala alguns marechais democráticos dá-se um rápido assalto às urnas sem que a guarda tivesse tempo de intervir”²⁷, acusação que os visados não aceitavam, alegando que a sua vitória era certa em Santo Aleixo²⁸, embora, segundo se dizia, menos volumosa do que desejariam.

²⁴ O Século, 14 de Novembro de 1922.

²⁵ Segundo os “regionalistas”, nessa altura o escrutínio, já a meio, acusava 109 votos regionalistas e 114 democráticos, e o delegado eleitoral democrático e os dirigentes democráticos começaram aos gritos de “estamos roubados, a eleição está nula” (Jornal de Moura, 26 de Novembro de 1922).

²⁶ Jornal de Moura, 19 de Novembro de 1922; O Popular, 23 de Novembro de 1922; Diário da Câmara dos Deputados, 4 de Julho de 1923.

²⁷ Jornal de Moura, 19 de Novembro de 1922.

²⁸ O Popular, 23 de Novembro de 1922.

Novo acto eleitoral

A repetição das eleições foi marcada para 15 de Abril de 1923²⁹, como, de facto, veio a acontecer. Mas as coisas ainda não se resolveram desta vez.

O ambiente era de cortar à faca e nas freguesias vizinhas de Safara e do Sobral, que lá tinham de ir votar, corriam boatos desencontrados anunciando bombas e outras formas de violência que se preparariam em Santo Aleixo contra os forasteiros.

Agentes da polícia e militares da GNR foram enviados para garantir a segurança e, no dia das eleições, controlavam, deste manhã cedo, na entrada na aldeia, quem vinha de fora, revistando todos, o que não deixou de provocar protestos. De facto, além dos votantes vindos de Safara e do Sobral, chegou também gente de Moura, teoricamente para controlar o bom andamento do sufrágio. Os “regionalistas”, por exemplo, mandaram, ao romper do dia, para aldeia, de automóvel, cerca de quarenta homens, alguns deles armados, os quais, tanto quanto parece, tiveram de deixar as armas no controlo da entrada. Segundo algumas das pessoas que protestaram, além das forças de segurança, haveria também, nesse controlo, santo-aleixenses armados de espingardas, mas essa informação é incerta. De qualquer forma, os votantes das freguesias vizinhas e os seus acompanhantes (vistos como inimigos políticos) terão entrado na aldeia no meio de apupos, ameaças e dichotes.

No entanto, como na vez anterior, a votação parece ter decorrido sem incidentes, tendo votado, em boa ordem, primeiro os eleitores de Safara, depois os do Sobral e, por fim, os de Santo Aleixo.

Foi no momento da contagem dos votos que as coisas se complicaram. Quando se procedia ao apuramento, um indivíduo, fingindo-se bêbado (ou bêbado mesmo) aproximou-se da mesa onde decorriam os trabalhos e lançou na urna, que estava aberta, um maço de votos. Simultaneamente, entraram na sala muitas outras pessoas, estabelecendo-se um ambiente tumultoso. O “bêbado” foi preso por particulares e, face à confusão instalada, o presidente da mesa pediu ao tenente da GNR que comandava as forças da ordem destacadas para a aldeia que entrasse na sala com alguns dos seus subordinados e levasse o detido. Foi o que aconteceu.

No entanto, na rua, o administrador do concelho, pertencente ao Partido Democrático, pediu que o preso lhe fosse entregue e depressa o pôs em liberdade, sem, aparentemente, se seguirem outras consequências. Entretanto, na mesa do escrutínio, sem ser possível distinguir os votos válidos dos inválidos e continuando a confusão na sala, a eleição foi, outra vez, anulada, tendo havido ainda alguns incidentes entre o presidente da mesa, o professor Agostinho Lopes, e o administrador do concelho.

²⁹ Decreto nº 8 680 de 2 de Março de 1923, Diário do Governo do mesmo dia.

Consumada a inviabilidade da eleição, os votantes e acompanhantes vindos das outras freguesias começaram a retirar, sem, no entanto, deixarem de ouvir alguns impropérios e intimidações, nomeadamente de grupos de santo-aleixenses, alguns dos quais diriam entre si, mas de forma audível, “Vamos a eles, vamos a eles”. Os mais timoratos dos forasteiros tiveram mesmo de sair da aldeia protegidos pelas forças de segurança.

Os comentários do Jornal de Moura aos acontecimentos não podiam ser mais hostis. Em 22 de Abril de 1923, um artigo intitulava-se “A maior vergonha que nos é dado sentir” e, num outro, dizia-se: “O deputado Paulo de Lacerda e o administrador do concelho António Fastagio armam de espingarda o povo de Santo Aleixo que recebe o eleitorado das outras freguesias hostilmente, ameaçando-o, enxovalhando-o e que, se não fosse a prudência havida, muitas vidas teriam sido sacrificadas naquela localidade”, pois tratava-se “uma população embriagada nas perversas doutrinas do jesuíta Paulo Lacerda”. O representante dos democráticos na mesa eleitoral, o dirigente local Clodoveu Caldeira, tido como “lugar tenente de Lacerda”, também não era poupado nos adjectivos e era considerado, nem mais nem menos, “bandido da pior espécie, capaz de todos os crimes”. Segundo o jornal, teria sido Clodoveu quem saíra da mesa para ir ter com Lacerda e dizer-lhe que a eleição estava perdida e teria sido isso a origem do tumulto que levava à anulação das eleições³⁰.

Para dar ainda maior dramatismo à jornada, alguém disparou inadvertidamente uma das espingardas guardadas em casa de Manuel Vicente Pisco e o tiro foi atingir a cara de uma jovem de 22 anos, que ficou em estado grave e morreu dias depois. Segundo o Jornal de Moura, a casa de Pisco era “um autêntico arsenal”. Há umas décadas, em Santo Aleixo, pessoas que tinham sido contemporâneas dos acontecimentos, contavam-me que tinha sido nessa casa que tinham sido recolhidas as armas dos moradores para evitar incidentes, o que contraria um pouco a versão do povo em armas que o jornal pretende dar. Também segundo o mesmo jornal, o autor do disparo accidental teria sido um “impune patife ébrio de sangue e de vinho”³¹, enquanto que, segundo as fontes orais, teria sido uma criança quem provocara, por descuido, o infausto acidente. Nesta altura, não podemos saber quem fala verdade.

Os acontecimentos de Santo Aleixo que tinham levado à anulação do escrutínio tiveram eco, em Lisboa, nas duas câmaras do Parlamento. Na Câmara dos Deputados, Francisco da Cunha Leal, do Partido Liberal Republicano, referiu-se às “prepotências sucedidas em Santo Aleixo”, associando-as a situações acontecidas noutros pontos do País e dizendo que elas o envergonhavam³².

Muito mais extensa e pormenorizada foi a atenção que o caso mereceu no Senado. Aí o senador Afonso de Lemos³³, numa sessão que tinha a presença do chefe do governo, o “democrático” António Maria

³⁰ Jornal de Moura, 22 de Abril de 1923.

³¹ Jornal de Moura, 11 de Novembro de 1923.

³² Diário da Câmara dos Deputados, sessão n.º 120, 4 de Julho de 1923.

³³ Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos (1865-1944), nasceu em Moura e era licenciado em Medicina. Desde jovem participou ao movimento republicano, estando mesmo envolvido na preparação da revolta de 31 de Janeiro de 1891. Foi eleito deputado às Constituintes (1911) pelo círculo de Lisboa Oriental e senador em todas as Legislativas, menos em 1918, pelo círculo de Beja. Depois da divisão do Partido Republicano Português, foi membro do Partido Republicano Nacionalista.

da Silva, fez, de forma serena, uma extensa descrição dos factos (aproveitámos algumas das suas informações mais acima) e desafiou o presidente do ministério a desdobrar as assembleias eleitorais, repartindo-as por Safara e Santo Aleixo, como forma de evitar incidentes futuros. Segundo o senador, a concentração em Santo Aleixo devera-se apenas ao facto de os “democráticos” terem aí mais votantes do que nas outras freguesias mais próximas. António Maria da Silva respondeu que a distribuição existente das assembleias tinha sido feita de acordo com a lei e declinou qualquer responsabilidade do governo pela situação ocorrida, recordando que tinha indicado um delegado independente para acompanhar o escrutínio, embora, por razões que lhe eram estranhas, este não tivesse comparecido na aldeia³⁴.

Acto final

O desdobramento da assembleia de voto não chegou a realizar-se e quando, em 11 de Novembro de 1923, abriu, pela terceira vez, a mesa de voto, em Santo Aleixo, tudo estava na mesma, incluindo a presença de uma forte força policial. Mas, na realidade, nem tudo estava na mesma. Nem os “regionalistas” nem qualquer outra plataforma ou partido de oposição aos “democráticos” se apresentou às urnas, como forma de protesto e, sobretudo, porque estariam pouco convencidos da utilidade de o fazerem. Sozinho no terreno, o Partido Democrático pôde gozar uma vitória retumbante e, contados todos os votos do concelho, garantiu a manutenção dos seus correligionários à frente do executivo camarário.

Na sequência, o Jornal de Moura quase rebentava de indignação e falava da “Câmara que Santo Aleixo acaba por nos impor” ou, de uma forma ainda menos amistosa, da vitória dos democratas na Câmara, mercê da “ignorância e selvajaria de um povo”. E, num outro texto, continuava a classificar a aldeia como “um coio de selvagens”³⁵. Tais insultos mereceriam naturalmente, em Santo Aleixo, alguns sorrisos benevolentes.

Idêntico tom insultuoso merecia também o número um da lista vencedora, falando o jornal, por um lado, da “baixeza de carácter de Paulo de Lacerda” e classificando-o, por outro, de “antigo socialista, actual democrático e futuro bolchevista, se for necessário sê-lo”³⁶. Numa notícia posterior, em que se discutia o rumor de que Lacerda podia ir para África, o jornalista achava isso impossível e recorria a um

³⁴ Diário do Senado, sessão n.º 58, 3 de Julho de 1923.

³⁵ Jornal de Moura, 11 de Novembro de 1923.

³⁶ Ibidem.

argumentário racista: “tendo o sr. Lacerda os seus negros de Santo Aleixo e de mais parte do concelho em quem manda, de quem dispõe, não pode ser”³⁷.

A violência da linguagem traduzia sobretudo a incapacidade da oposição em afastar, no concelho, a hegemonia do Partido Democrático, fundada, em boa parte, como se viu, em relações clientelares e no recurso, quando necessário, a algumas formas de manipulação dos actos eleitorais.

³⁷ Jornal de Moura , 6 de Janeiro de 1924.

Índice

Nota de Abertura	3
Escavação Arqueológica no Posto de Receção ao Turista do Castelo de Moura (2010/2011): Síntese dos Principais Resultados	5
José Gonçalo Valente Rui Monge Soares	
O grafito de Moura e os problemas das escritas pré-romanas no Sudoeste hispânico	43
Amílcar Guerra	
O Megalitismo no concelho de Moura – contributos para uma síntese	55
Miguel António Paixão Serra João Barreira Luís Costa João Reis Nelson J. Almeida	
Estudo antropológico de uma sepultura isolada no interior do Castelo de Moura (Torre de Salúquia).	71
Margarida Figueiredo	
Umas eleições atribuladas. As eleições administrativas de 1922 no concelho de Moura.	93
Arlindo Caldeira	
Índice	106

LACAVIT

2024 | edição: Câmara Municipal de Moura

